

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	11
5.4 - Programa de Integridade	14
5.5 - Alterações significativas	19
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	20

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	21
10.2 - Resultado operacional e financeiro	48
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	50
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	52
10.5 - Políticas contábeis críticas	53
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	55
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	56
10.8 - Plano de Negócios	57
10.9 - Outros fatores com influência relevante	59

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Aplica-se à Companhia uma política específica de auditoria interna e gestão de riscos, aprovada pelo Superintendente da área de Auditoria e *Compliance* do Grupo Cosan, do qual faz parte a Companhia, em 04 de abril de 2014.

A política tem por objetivo descrever as atividades das Área de Auditoria Interna, Controle Interno e Gestão de Riscos do Grupo Cosan, do qual faz parte a Companhia, que por sua vez possui como objetivo garantir o bom funcionamento do ambiente de controles internos e melhorar o desempenho das linhas de negócio, por meio do mapeamento e avaliação de riscos, revisão de processos e controles, identificação de oportunidades de melhoria e *follow-up* sobre as ações acordadas com as áreas auditadas, apoiando o negócio e avaliando com total imparcialidade e objetividade.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

(i) os riscos para os quais se busca proteção

Conforme já mencionado no item 4.1 deste Formulário de Referência, busca-se proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pela alta administração da Companhia. Os principais riscos são destacados abaixo:

- **Estratégicos:** São aqueles que podem impactar os objetivos de longo prazo e estratégias de negócios, relacionadas ao processo de criação de valor aos acionistas, colaboradores e comunidade. Envolvem também os riscos relacionados à imagem e ao ambiente de controle (ex.: cumprimento e observância do Código de Ética, funcionamento de comitês da Companhia, sistemas de tecnologia da informação, etc.).
- **Financeiros/Operacionais:** Relacionados à utilização efetiva dos recursos disponíveis, objetivando o lucro e a proteção dos ativos contra perdas por erros ou atitudes intencionais (fraude). Nessa categoria incluem-se os riscos financeiros, tais como os relacionados às exposições cambiais, operações de hedge, restrições impostas em contratos financeiros, financiamentos em geral, emissão de títulos de dívida ou ações, contratação de seguros, taxas de juros e flutuações de preços (ex.: falta de processos adequados de aprovação, falta de reconciliação de transações, operações em moeda estrangeira, preços de *commodities*, redução de margem de contribuição, acessos indevidos a transações de sistemas, etc.).
- **Compliance/Reporte:** Todas as atividades da Companhia e/ou de suas controladas e subsidiárias estão sujeitas às leis e regulamentos. O risco de *compliance* é aquele que, se concretizado, pode resultar em autuação fiscal, trabalhista, ambiental, financeira, criminal, entre outras. Abrange o atendimento à Lei Sarbanes Oxley (SOX), Lei Anticorrupção (FCPA) e UK Bribery Act, às quais a Companhia se sujeita. Abrange também os riscos que podem impactar as demonstrações financeiras da empresa, sejam elas destinadas ao processo de tomada de decisão ou destinadas ao mercado, em todas as suas variações.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm estruturas dedicadas à gestão dos riscos operacionais, como Controle Interno, SSMA (Saúde Segurança e Meio Ambiente), Gestão de Crises e Gestão de Riscos e as utiliza como instrumento para proteção. Tais áreas operam concomitantemente a sistemas operacionais sofisticados com recursos de segurança específicos, tais como bloqueio de acessos a sistemas chave da Companhia, parametrizações pré-determinadas de segregação de função na execução das atividades, log de atividades dentro do sistema, entre outros que buscam a mitigação destes riscos.

A atuação em conjunto, das áreas mencionadas acima, permite à Companhia ter uma visão integrada dos riscos e controles, podendo fazer uma melhor avaliação das ações adotadas no tratamento ao risco.

Para definição das tratativas, a avaliação dos riscos é feita de forma conjunta, envolvendo tanto as áreas mencionadas, como também a Diretoria responsável pelo processo em que o risco foi identificado avaliando o grau de impacto versus probabilidade de ocorrência para cada risco identificado, para então definir-se o melhor instrumento de proteção, que podem ser:

- **Evitar:** Quando se elimina o fato gerador do risco, por exemplo, descontinuando determinado processo ou saindo de mercado específico.
- **Reduzir:** Quando são aplicáveis os controles internos (ex. aprovação, revisão, segregação de funções, reconciliação, perfis de acesso, etc.) para que o dano potencial do risco seja substancialmente reduzido.
- **Compartilhar:** Quando o risco é dividido com uma contraparte externa à Companhia. Exemplos de compartilhamento de riscos são as operações de hedge (moeda estrangeira, preços, juros) e apólices de seguro.
- **Aceitar:** Quando o impacto *versus* probabilidade do risco é considerado irrelevante, toma-se a decisão de aceitar o risco, pois o custo da ação de controle seria maior do que o próprio risco potencial envolvido.

O entendimento dos riscos e adoção de ações como resposta é de responsabilidade de todos os gestores da Companhia e de suas controladas.

Todos os riscos mapeados e suas tratativas são levados para discussão e conhecimento do Comitê de Auditoria, o qual é composto tanto por membros da Companhia como por membros independentes. Diante da diversidade do ambiente onde a Companhia gere seus negócios, não há o que se falar em instrumento único ou de exclusiva utilidade para todos os riscos que estamos expostos.

Cada risco mapeado recebe tratamento específico, determinado pelas áreas operacionais em conjunto com as áreas dedicadas e com a administração da Companhia.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração e seus órgãos de assessoramento, o Conselho Fiscal e a Diretoria da Companhia fazem o acompanhamento dos negócios e condutas da Companhia, desempenhando funções relativas ao gerenciamento de riscos de acordo com as suas funções, conforme descrito no item 12 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Têm destaque as seguintes funções exercidas pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme o Estatuto Social da Companhia: (i) eleger, dar posse, destituir, aceitar renúncia e substituir membros do Comitê de Auditoria observadas as disposições da regulamentação em vigor, bem como dos comitês especializados para auxílio do Conselho de Administração; (ii) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e dos demais comitês eventualmente instalados, bem como fixar o orçamento, anual ou por projeto, destinado a cobrir as despesas para os seus respectivos funcionamentos, incluindo custos com contratação de prestadores de serviços e consultores externos; e (iii) examinar e aprovar o regimento interno, bem como as regras operacionais, em gênero, para funcionamento de todos os comitês eventualmente instalados na Companhia, inclusive o Comitê de Auditoria.

Ao Conselho Fiscal, por sua vez, nos termos do artigo 163 da Lei 6.404/1976, compete: (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificações do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; (v) convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem, por mais de um mês, essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia; (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social, e sobre elas opinar; e (viii) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

Há, ainda, os comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, que a estes estão subordinados e que fazem o acompanhamento de negócios e condutas da Companhia, inclusive no que se refere ao gerenciamento de riscos a que ela está sujeita. São esses o Comitê de Auditoria, o Comitê de Remuneração e o Comitê de Divulgação e Negociação.

No âmbito do gerenciamento de riscos da Companhia, destaque-se a atuação do Comitê de Auditoria, cujas funções são descritas a seguir: (i) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; (ii) supervisionar as atividades: (ii.1.) dos auditores independentes, a fim de avaliar: (ii.1.1) a sua independência; (ii.1.2.) a qualidade dos serviços prestados; e (ii.1.3.) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii.2.) da área de controles internos da Companhia; (ii.3.) da área de auditoria interna da Companhia; e (ii.4.) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (iii) monitorar a qualidade e integridade: (iii.1.) dos mecanismos de controles internos; (iii.2.) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (iii.3.) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; (iv) avaliar e monitorar as

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (iv.1.) a remuneração da administração; (iv.2.) a utilização de ativos da Companhia; e (iv.3.) as despesas incorridas em nome da Companhia; (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações; (vi) elaborar relatório semestral, se necessário, e, obrigatoriamente, relatório anual resumido, este a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (vi.1.) suas atividades, incluindo a indicação das reuniões realizadas e dos principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (vi.2.) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia; (vii) avaliar, monitorar e recomendar ao conselho de administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo política de transações entre partes relacionadas; e (viii) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da confidencialidade da informação. O Comitê de Auditoria da Companhia possui regimento interno próprio.

Adicionalmente, as áreas de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance* da Companhia, subordinadas ao Comitê de Auditoria e ao Presidente do Conselho de Administração, têm a responsabilidade de: (i) implantar e gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (ii) criar e executar Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos adequação às leis e políticas internas; (iii) realizar *follow up* de planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna; (iv) identificar savings e redução de custos; (v) criar controles e realizar testes para garantir a adequação à SOX, Lei Anticorrupção e FCPA; (vi) revisar e publicar as políticas e procedimentos; (vii) disseminar a cultura de controles internos; (viii) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos; (ix) controle e aprovação de perfis de acesso SAP-GRC; (x) mapear os riscos inerentes ao negócio; (xi) auxiliar na implantação de planos de ação; e (xii) reportar tempestivamente a administração os resultados da gestão de riscos.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

O Comitê de Auditoria da Companhia desempenha a função de verificar a adequação da estrutura operacional e dos controles internos de forma a garantir a efetividade da política de gerenciamento de risco. Destaque-se, nesse sentido, que o Comitê de Auditoria e a Companhia entendem que sua estrutura operacional de controle interno está adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia. O Conselho de Administração aprovou em 03 de novembro de 2016, a política de gerenciamento de riscos, a fim de acompanhar o Gerenciamento de Risco através de reportes da Alta Administração da Companhia, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A administração, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

A área de Auditoria e *Compliance*, entre outras funções, efetua as ações abaixo para certificar a adequação das práticas e processos internos relacionados à Lei Anticorrupção e Política Corporativa Anticorrupção do Grupo Cosan:

- Trabalhos de auditoria interna
- E-learning e treinamentos
- Pesquisa de background de parceiros/fornecedores
- Cláusulas contratuais anticorrupção
- Cláusulas anticorrupção nas novas procurações outorgadas
- Controles internos SOX
- Certificações da Política Anticorrupção para funções chave

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

A avaliação do risco de mercado da carteira de investimentos, derivativos, passivos financeiros ou de qualquer outro item sujeito a marcação a mercado, deverá ser feita frequentemente, visando minimizar a eventual perda patrimonial decorrente da volatilidade no mercado.

O critério preponderante na análise de quaisquer ativos que irão compor as carteiras de investimentos deverá ser a relação Risco e Retorno, aí computados eventuais riscos de crédito e de mercado que o ativo possa apresentar.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

As operações derivativas (*hedge*) deverão ser contratadas exclusivamente para garantir os resultados econômico-financeiros planejados no plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração, particularmente no que tange a possíveis impactos no fluxo de caixa e no resultado da Companhia.

Visando a melhor estrutura de custos financeiros possível, oriundos das exposições aos riscos financeiros citados acima, a companhia se reserva no direito da não obrigatoriedade da contratação de operações de derivativos.

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os seguintes principais riscos de mercado:

- Possíveis perdas relacionadas à variação ou descasamento das taxas de juros (fixas ou flutuantes, nacionais ou internacionais, futuras ou spot, de curto ou longo prazo);
- Exposição cambial; que ocorrer na moeda local, quando houver negociação cujo valor está expresso em moeda diferente daquela que é moeda funcional da Companhia (Reais) ou quando houver negociação cujo valor, apesar de expresso em Reais, está altamente correlacionado com as variações de outras moedas, diferente daquela que é moeda funcional da Companhia;
- Inflação, tendo em vista a contratação de atividades por meio de contratos com correção monetária atrelada à variação de índices de preços; e
- Exposições legais que a companhia pode incorrer devido a formalizações contratuais das operações financeiras.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A administração dos riscos associados às operações financeiras é feita mediante a aplicação da Política de Gestão de Riscos Financeiros e pelas estratégias definidas pelos administradores da Companhia. Esse conjunto de regras estabelece diretrizes para o gerenciamento dos riscos, sua mensuração e consequente mitigação dos riscos de mercado, previsão de fluxo de caixa e estabelecimento de limites de exposição. Para tanto, todas as operações financeiras realizadas devem ser identificadas como as melhores alternativas possíveis tanto financeira quanto economicamente e nunca deverão ser executadas com o objetivo de especulação, isto é, deverá sempre existir uma exposição que justifique a contratação de determinada operação.

Para tal a Companhia conta com:

- Realização de testes de aderência

Consiste em verificar se os resultados do fluxo de caixa real e projetado são razoavelmente aderentes, objetivando assim, dentro de um padrão mínimo aceitável, validar o cenário elaborado para necessidade/sobra de caixa;

- Planos de Contingência de Liquidez

A ser adotado quando a projeção de liquidez em curto prazo indica a falta de recursos.

- Liquidez dos investimentos

Investimentos distribuídos de modo que: (a) de 50% a 100% do volume financeiro tenha liquidez entre 1 e 3 meses; (b) 0% e 50% do volume financeiro tenha liquidez entre 3 e 9 meses; e (c) entre 0% e 25% do volume financeiro com liquidez acima de 9 meses.

- Investimentos Financeiros

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

No Brasil: respeitar os instrumentos estabelecidos abaixo:

- Títulos Soberanos de natureza pré e pós fixadas; tais como LFT, NTN 's e LTN
- Títulos Privados de natureza pré e pós fixadas dentre eles:
 - ✓ *Certificado de Depósitos Bancários;*
 - ✓ *Operações compromissadas;*
 - ✓ *DPGE (Depósito a prazo com garantia especial do FGC), emitido por instituição financeiras;*
 - ✓ *Letras Financeiras e*
 - ✓ *CDB Resolução 2921, como lastro para operações passivas da Companhia, como exemplo Fianças Bancárias.*

No exterior: respeitar os instrumentos estabelecidos abaixo:

- *Time Deposits*; emitidos por instituições financeiras;
- Títulos Públicos; tais como Treasury Bills, Treasury Notes e Treasury Bonds; e
- Operações compromissadas com títulos públicos (Repurchase Agreement – Repo).

- Cláusulas Contratuais

Determinadas cláusulas, usuais em operações financeiras, são pré-determinadas e exceções devem ser aprovadas pelo Comitê de Gestão Financeira. São elas:

- Vencimento antecipado, incluindo vencimento cruzado (*Cross Acceleration ou Cross Default*);
- *Covenants* financeiros e não financeiros;
- Ranking de obrigações (*pari passu/most favoured nation*);
- Efeito material adverso (*Material Adverse Change*); e
- Declarações e garantias (*Representations and Warranties Comfort Letters ou Letters of Awareness*).

(iii) os instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (*hedge*)

Os principais instrumentos utilizados pela Companhia são os seguintes:

- Swaps de taxas de juros

Utilização de swaps baseados em PróxDI; TJLPxDI; IGPMxDI; DIxPré, etc.

- Swaps de moedas

Utilização de swaps de moedas, como por exemplo: Dólar x Reais, Euro x Dólar etc. Ademais a utilização de Non-deliverable Forwards / FRA (Forward Rate Agreement): Ex: Dólar x Reais / Libor floating x taxa fixa.

Em relação aos swaps cambiais contratados pela Companhia, estes transformam na prática o passivo em moeda estrangeira em um passivo em reais indexado ao CDI - eliminando a exposição ao câmbio e a taxa de juros internacional (fixa ou flutuante). O valor nominal, as taxas e os vencimentos da ponta ativa dos swaps são idênticos ao financiamento a ele vinculado. Em relação aos swaps de taxas de juros, estes transformam um passivo em taxa pré-fixada em um passivo indexado ao CDI. Os swaps são realizados no mercado de balcão e não é exigido qualquer depósito de garantia na operação. São considerados swaps sem caixa. Os valores e demais características dos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2017 são apresentados de forma resumida a seguir.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Descrição	Contraparte	Moeda	Ativo	Passivo	Vencimento Final	
Debentures - 8ª Emissão M	Santander	BRL	10.10% a.a.	109,85% do CDI	Outubro 2020	de
Locomotivas - GE Capital	Fibra	USD	6,33% a.a.	135% do CDI	Dezembro 2021	de
NCE-Internalização Bond	Morgan Stanley	USD	7,375% a.a.	147,39% do CDI	Fevereiro 2024	de
NCE-Internalização Bond	Morgan Stanley	USD	7,375% a.a.	145,83% do CDI	Fevereiro 2024	de
NCE-Internalização Bond	Morgan Stanley	USD	7,375% a.a.	146,68% do CDI	Fevereiro 2024	de
NCE-Internalização Bond	Goldman Sachs	USD	7,375% a.a.	141,24% do CDI	Fevereiro 2024	de
NCE-Internalização Bond	Goldman Sachs	USD	7,375% a.a.	142% do CDI	Fevereiro 2024	de
NCE-Internalização Bond	Goldman Sachs	USD	7,375% a.a.	144,90% do CDI	Fevereiro 2024	de
NCE-Internalização Bond	Goldman Sachs	USD	7,375% a.a.	145,45% do CDI	Fevereiro 2024	de
NCE-Internalização Bond	Goldman Sachs	USD	7,375% a.a.	145,95% do CDI	Fevereiro 2024	de
NCE-Internalização Bond	Goldman Sachs	USD	7,375% a.a.	145,73% do CDI	Fevereiro 2024	de
NCE-Internalização Bond	Goldman Sachs	USD	7,375% a.a.	145,10% do CDI	Fevereiro 2024	de
NCE-Internalização Bond	Goldman Sachs	USD	7,375% a.a.	145,50% do CDI	Fevereiro 2024	de
NCE-Internalização Bond	Santander	USD	7,375% a.a.	146,38% do CDI	Fevereiro 2024	de
NCE-Internalização Bond	Bradesco	USD	7,375% a.a.	146,53% do CDI	Fevereiro 2024	de
NCE-Internalização Bond	Bradesco	USD	7,375% a.a.	141,08% do CDI	Fevereiro 2024	de
NCE-Internalização Bond	Bradesco	USD	7,375% a.a.	143,03% do CDI	Fevereiro 2024	de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos**

As seguintes diretrizes devem ser observadas na mensuração e identificação dos riscos e dos limites para contratação de operações de hedge:

- Deve ser levado em consideração a tributação incidente sobre os instrumentos utilizados;
- Prazo compatível idealmente com os eventos geradores das respectivas operações;
- Antes de contratar uma operação de derivativo a Companhia deve buscar balancear ativos e passivos ou fluxos futuros a pagar e receber com o intuito de mitigar um determinado fator de risco "hedge natural" com operações oriundas através do curso normal da Companhia.
- Ter como ativo objeto o mesmo fator de risco a ser protegido e
- Prioritariamente, ser tratado como hedge *accounting* de acordo com as normas contábeis em vigor.

Visando a melhor estrutura de custos financeiros possível, oriundos das exposições aos riscos financeiros citados acima, a companhia se reserva no direito da não obrigatoriedade da contratação de operações de derivativos.

Risco de Taxas de Juros

A Companhia monitora as flutuações dessas taxas de juros mensalmente e pode, se julgar adequado, operar com derivativos com objetivo de minimizar riscos. Cumpre ressaltar que a Companhia não possui limites de exposição que sejam permitidos de acordo com as suas políticas internas.

Risco de Taxas de Câmbio

Toda a receita operacional líquida da Companhia encontra-se denominada em reais. A maioria dos custos é denominada em reais, e quando expostos, a exposição ao dólar varia de um a dois dias, logo sendo mitigado. Em 30 de dezembro de 2017, 21% da dívida da Companhia está denominada em dólar norte americano, exposta ao risco das flutuações entre o real e o dólar norte-americano. Atualmente, a Companhia possui operações com derivativos para todas as operações de empréstimos em dólar norte americano.

(v) Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial. A maioria da receita operacional líquida da Companhia encontra-se denominada em reais.

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

O Conselho de Administração estabelece limites de exposição e índices de cobertura em uma base periódica, de modo a otimizar o controle operacional e financeiro.

A equipe de auditoria interna, riscos e compliance possui em seu plano de trabalho escopo para revisão dos controles internos relacionados às operações de instrumentos financeiros. A área de auditoria interna, riscos e *compliance* está subordinada ao Comitê de Auditoria e ao Presidente do Conselho de Administração, tendo as seguintes competências:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- (a) implantar e gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes;
- (b) criar e executar um Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos e adequação às Leis e Políticas Internas;
- (c) realizar acompanhamento de planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna;
- (d) identificar *savings* e redução de custos;
- (e) criar controles e realizar testes para garantir a adequação à SOX, Lei Anticorrupção e *US Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA);
- (f) revisar e publicar as Políticas e Procedimentos;
- (g) disseminar a cultura de Controles Internos;
- (h) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos e (i) controlar e aprovar perfis de acesso SAP-GRC.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controle interno está adequada em vista das melhores práticas de mercado e *benchmarking* realizados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia conta com uma estrutura corporativa de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e *Compliance*, bem como uma área de Controles Internos dedicada ao negócio que, dentre outras responsabilidades, é responsável pelo estabelecimento, manutenção e avaliação da eficácia de controles relacionados ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras.

Em seu escopo funcional, as áreas supracitadas tem como principais atividades: (a) implantar e gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (b) criar e executar Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos adequação às leis e políticas internas; (c) realizar acompanhamento dos planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna; (d) identificar economias e redução de custos; (e) criar controles e realizar testes para garantir a adequação à SOX, Lei Anticorrupção e FCPA; (f) revisar e publicar as políticas e procedimentos; (g) disseminar a cultura de controles internos; (h) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos; (i) controle e aprovação de perfis de acesso SAP-GRC (j) mapear os riscos inerentes ao negócio; (k) auxiliar na implantação de planos de ação; e (l) reportar tempestivamente a administração os resultados da gestão de riscos.

Os controles referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras são executados sob a supervisão dos Diretores e sob a responsabilidade da Vice Presidência Financeira da Companhia, para fornecer segurança razoável quanto à confiabilidade do processo de preparação e divulgação dos relatórios e demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB.

A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros, conforme definido pela regra 13a15(f) sob a Lei de Valores Mobiliários de 1934, o "*Securities Act of 1934*". Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras, a administração realizou avaliação de riscos e processos, incluindo testes de controles, utilizando critérios do *Internal Control Integrated Framework* emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* ("COSO") – 2013.

O sistema de controle interno da Companhia foi elaborado para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos.

Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

Em sua avaliação, a administração concluiu que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, com base nos critérios do "*COSO framework*" de 2013.

A Companhia possui um Comitê de Auditoria responsável por assessorar a administração sobre a seleção dos auditores independentes, revisar o escopo de auditoria, validar outros serviços permitidos prestados por nossos auditores independentes e avaliar nossos controles internos de forma constante.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Os membros do Comitê de Auditoria da Companhia, na data de divulgação deste Formulário de Referência, são os Srs. Máilson Ferreira da Nóbrega, João Ricardo Ducatti e Felício Mascarenhas de Andrade. Esses membros são independentes e o Conselho de Administração da Companhia determinou que Máilson Ferreira da Nóbrega é o "perito financeiro do Comitê de Auditoria" de acordo com as normas e regulamentos internacionais.

b. as estruturas organizacionais envolvidas:

A Vice Presidência Financeira – principal área responsável pelas demonstrações financeiras e que se reporta diretamente para a Presidência da Companhia – conta com o suporte da Gerência de Contabilidade (CSC) para elaboração das demonstrações financeiras, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis.

Para gerenciamento dos controles internos de forma independente, a Companhia conta com uma estrutura corporativa de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e *Compliance*, bem como uma área de Controles Internos dedicada ao negócio que está subordinada ao Comitê de Auditoria, tendo a responsabilidade de: (a) implantar e gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (b) criar e executar Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos adequação às leis e políticas internas; (c) realizar acompanhamento dos planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna; (d) identificar economias e redução de custos; (e) criar controles e realizar testes para garantir a adequação à SOX, Lei Anticorrupção e FCPA; (f) revisar e publicar as políticas e procedimentos; (g) disseminar a cultura de controles internos; (h) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos; (i) controle e aprovação de perfis de acesso SAP-GRC (j) mapear os riscos inerentes ao negócio; (k) auxiliar na implantação de planos de ação; e (l) reportar tempestivamente a administração os resultados da gestão de riscos.

O Comitê de Auditoria, por sua vez, tem a função de (i) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; (ii) supervisionar as atividades: (ii.1.) dos auditores independentes, a fim de avaliar: (ii.1.1) a sua independência; (ii.1.2.) a qualidade dos serviços prestados; e (ii.1.3.) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii.2.) da área de controles internos da Companhia; (ii.3.) da área de auditoria interna da Companhia; e (ii.4.) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (iii) monitorar a qualidade e integridade: (iii.1.) dos mecanismos de controles internos; (iii.2.) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (iii.3.) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (iv.1.) a remuneração da administração; (iv.2.) a utilização de ativos da Companhia; e (iv.3.) as despesas incorridas em nome da Companhia; (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações; (vi) elaborar relatório semestral, se necessário, e, obrigatoriamente, relatório anual resumido, este a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (vi.1.) suas atividades, incluindo a indicação das reuniões realizadas e dos principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (vi.2.) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia; (vii) avaliar, monitorar e recomendar ao Conselho de Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo política de transações entre partes relacionadas; e (viii) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da confidencialidade da informação.

O Conselho de Administração deve manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria e demonstrações financeiras anuais e/ou intermediárias e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício, além de elaborar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício.

O Conselho Fiscal deve analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia, bem como examinar as demonstrações financeiras do exercício social, e sobre elas opinar.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:

O resultado de todos os trabalhos do plano de auditoria interna previstos no exercício é reportado por meio de relatório ao Comitê de Auditoria da Companhia submetido ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente da Companhia, aos Diretores e aos Gerentes envolvidos.

Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas em bases mensais pela área de Riscos, Auditoria Interna e Controles Internos. Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possam impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas, em linha com as práticas recomendadas pelo *Internal Control Integrated Framework* emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* ("COSO") – 2013.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:

Nossos auditores externos independentes não identificaram, durante a execução de seus trabalhos de auditoria nas demonstrações financeiras, deficiências materiais e significativas sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o seu parecer sobre o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As avaliações conduzidas pela área de Auditoria Interna também não identificaram deficiências materiais e significativas sobre os controles internos da Companhia no período supracitado.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas:

Conforme mencionado na seção anterior, não foi identificado tanto pelos auditores externos independentes quanto pela Auditoria interna deficiências materiais e significativas sobre os controles internos da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a. regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia busca adotar os melhores procedimentos e práticas, de forma a obedecer à legislação e regulamentação aplicáveis, assim como às regras impostas no Código de Conduta e nas políticas do Grupo Cosan, do qual a Companhia faz parte, relacionadas à prevenção, detecção, e mitigação de desvios, fraudes, irregularidades e ilícitos, especialmente contra a Administração Pública.

Os documentos corporativos que reúnem as principais normas e os procedimentos afeitos ao tema são: (i) o Código de Conduta; (ii) a Política Anticorrupção; e (iii) a Política de Relacionamento com Órgãos Públicos, aplicáveis às sociedades integrantes do Grupo Cosan, disponíveis no site da Companhia (<http://ri.rumolog.com/ptb/estatutos-politicas-e-codigo-de-etica>), e com as seguintes características e objetivos:

- **Código de Conduta:** O Código de Conduta do Grupo Cosan foi estendido para a Companhia em 2015, tendo sido atualizado em 01 de novembro de 2017 e aprovado pelo Diretor Presidente da Cosan S.A. ("Cosan"). O Código é aplicável a todos os empregados da Companhia, inclusive clientes, prestadores de serviços e fornecedores, regulando os princípios e as práticas éticas que regem o relacionamento interno e externo da Companhia, e norteando a atuação dos seus funcionários. O Código de Conduta traça os princípios, procedimentos e boas práticas a serem observadas, por exemplo, com relação à mitigação de conflito de interesses, comutatividade das transações entre partes relacionadas, contratação de parentes, relacionamento com órgãos públicos, observância à Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), leis antitruste, e leis de combate ao trabalho escravo.
- **Política Anticorrupção:** A Política Anticorrupção foi criada em 01 de agosto de 2015, tendo sido aprovada pelo Vice Presidente Jurídico, Vice Presidente Financeiro e pelo Superintendente de Auditoria e Compliance da Cosan. A Política é aplicável a todos os empregados da Companhia, inclusive clientes, prestadores de serviços e fornecedores, tendo por objetivo conscientizar todos os funcionários acerca das normas constantes da Lei Anticorrupção, bem como definir as diretrizes a serem praticadas pelos empregados, em conformidade com a referida lei e com a FCPA (Foreign Corrupt Practices Act, UK Bribery Act).
- **Política de Relacionamento com Órgãos Públicos:** A Política de Relacionamento com Órgãos Públicos foi criada em 05 de maio de 2014, tendo sido aprovada pelo Vice-Presidente Jurídico, Vice-Presidente Financeiro e pelo Superintendente de Auditoria e Compliance da Cosan. A Política é aplicável a todos os empregados da Companhia e tem por objetivo estabelecer as diretrizes para relacionamento com órgãos Públicos, de forma a evitar qualquer infração ética pelos empregados da Companhia.

Não há um procedimento formal ou periodicidade pré-definida para a revisão dos procedimentos da Companhia ou do Código de Conduta e das Políticas em si. Não obstante, as Políticas são revisadas quando há efetiva necessidade, diante de adoção de novas medidas ou complementação das já existentes.

Os riscos de integridade são avaliados, no máximo, anualmente, ou quando há efetiva necessidade de revisão em periodicidade menor.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(ii) As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.

A Companhia mantém uma estrutura corporativa de compliance aplicável às sociedades integrantes do Grupo Cosan, aprovada no dia 09 de novembro de 2017, pelos membros do Comitê de Auditoria da Cosan Limited e pelos membros do Comitê de Auditoria da Cosan.

A estrutura é composta por Comitês (Comitês de Ética, Comitê de Compliance e Comitê de Auditoria) com um sistema de *report* sequenciado, que tem como objetivo dar maior visibilidade aos Conselhos de Administração das companhias do Grupo, acerca dos relatos de alta criticidade, que versem sobre supostas infrações éticas e ou atos de corrupção, fraudes e desvios. Nessa diretriz, foi também definido que o Comitê de Ética passa a tratar exclusivamente de relatos sobre ética, com obrigatoriedade de *report* dos relatos ao Comitê de Compliance.

- O Comitê de Ética tem como função (i) receber e deliberar sobre incidentes referentes a questões de ética (conduta, fraudes/desvios financeiro/operacionais); (ii) Deliberar acerca da apuração de denúncias e a realização de investigação interna e (iii) reportar ao Comitê de Compliance a consolidação das denúncias e incidente de alta criticidade (éticos) recebidas no período.
- O Comitê de Compliance tem como atribuição (i) Aprovar: revisões do Código Conduta, políticas de Compliance e diretrizes do "Programa de Integridade" (ii) Deliberar sobre a solução das denúncias atos de corrupção (integridade); (iii) Receber os reports das denúncias de alta criticidade dos Comitês de Ética, podendo recomendar medidas adicionais; (iv) Reportar ao Comitê de Auditoria a consolidação das denúncias (éticas ou integridade) recebidas no período; e (v) Assegurar a uniformidade dos procedimentos e premissas adotadas dos Comitês de Ética
- O Comitê de Auditoria é o órgão de auxílio diretamente vinculado e subordinado ao Conselho de Administração da Companhia, de funcionamento permanente, com a composição e as competências fixadas em regimento interno. O Comitê é responsável, principalmente (i) pelo assessoramento ao Conselho de Administração em relação aos processos de controles internos, administração de riscos e Compliance; (ii) pela supervisão das atividades da auditoria interna; e (iii) pela supervisão das atividades da Companhia.

Para auxiliar os reportes, a Companhia utiliza áreas do Grupo Cosan, quais sejam (i) áreas de Controles Internos Corporativos, (i) Auditoria Interna Corporativa e (iii) o Compliance Corporativo, que têm as funções abaixo definidas:

Controles Internos (Corporativo):

- Elaborar, revisar e divulgar limites de autoridade, políticas e procedimentos;
- Garantir acessos adequados aos sistemas corporativos e alçadas de aprovação;
- Desenhar e implantar os controles necessários para adequada mitigação dos riscos dos negócios;
- Realizar testes periódicos de controles para garantir a sua efetividade frente aos riscos mapeados;
- Realizar follow-up das recomendações de auditoria para assegurar a implantação e aprimoramento do ambiente de controles;
- Prover informações e treinamentos de controles internos necessários para disseminação da cultura de governança.

Auditoria Interna (Corporativo):

- Realizar avaliação geral de riscos e elaborar Plano Anual de Auditoria com base na criticidade dos processos;
- Avaliar a performance dos processos e controles internos por meio da execução do Plano Anual de Auditoria;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- Conduzir o processo de avaliação interna e acompanhar a avaliação da auditoria externa dos controles SOX;
- Realizar gestão e investigação dos relatos recebidos no Canal de Ética para apuração dos fatos e adoção das tratativas necessárias;
- Reportar ao Comitê de Auditoria os resultados dos trabalhos e assuntos relevantes do período.

Compliance Corporativo:

- Aprovar as diretrizes e ações do Programa Anticorrupção do Grupo Cosan;
- Cuidar de todas as questões relativas a problemas de Compliance relacionados ao programa anticorrupção.

(iii) se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta do Grupo Cosan, que reúne os valores empresariais, práticas, procedimentos, princípios-chave e normas de conduta relacionadas a decisões éticas, é aplicável a conselheiros, diretores, funcionários (próprios, terceirizados, estagiários ou temporários, independentemente de cargo ou posição), clientes, fornecedores, acionistas e parceiros do Grupo Cosan. Dessa forma, todos os empregados e colaboradores das sociedades integrantes do Grupo Cosan, independentemente de hierarquia, são responsáveis por criar e incentivar a cultura de realização de negócios pautados na ética.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

O Grupo Cosan não tem um cronograma periódico de treinamento a respeito do seu Código de Conduta, para os Diretores, Conselheiros Fiscais, Conselheiros de Administração e empregados das sociedades do grupo, mas mantém equipe competente e disponível para esclarecimentos de quaisquer dúvidas e questões a ele relacionadas que venham a surgir.

Ressalta-se, ainda, que o Grupo Cosan possui um programa de anticorrupção, iniciado em setembro de 2017, que tem como objetivo estruturar o programa de compliance da Companhia, sendo que até então diversas ações têm sido implementadas para sua estruturação e consolidação, incluindo treinamentos que deverão ser realizados entre a Alta Administração e empregados e, disponibilização de informativos internos para sua divulgação. A maior parte dos treinamentos na Rumo foi concentrada em 2017, no lançamento do programa, focada primordialmente em públicos específicos de gestores e líderes.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O não cumprimento do Código de Ética ou das Políticas poderá sujeitar o infrator à aplicação de sanções cabíveis, determinadas de acordo com a gravidade da conduta praticada pelo empregado. As sanções estão previstas na Política de Medidas Disciplinares, incluindo, dentre outras (i) advertência verbal ou escrita; (ii) suspensão de 01 ou 03 dias (a depender da gravidade) e (iii) desligamento. Cabe ao gestor da área (no mínimo com posição de reporte à Diretoria) validar a análise realizada pelo superior imediato do funcionário e a equivalência da falta realizada. Todas as comunicações referentes às medidas disciplinares devem ser encaminhadas ao Departamento de RH e se necessário o jurídico é acionado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso da Companhia divulgar o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi aprovado inicialmente pelo Diretor Presidente da Cosan em 2013, tendo sido estendido para a Companhia em 2015. A versão atualizada do Código de Conduta foi aprovada pelo Diretor Presidente da Cosan em 01 de novembro de 2017. O Código de Conduta é entregue aos empregados no momento da contratação, na integração e está disponível integralmente para consulta de todos na intranet, no site da Companhia (<http://ri.rumolog.com/ptb/estatutos-politicas-e-codigo-de-etica>) e no site da CVM (<http://www.cvm.gov.br>).

- b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Ética, como é denominado no Grupo Cosan, é gerenciado por um terceiro contratado com a finalidade de garantir a idoneidade de todo o processo pelo qual é responsável. O Canal de Ética é utilizado para denúncias, relatos e comunicações de questões relacionadas aos assuntos mencionados nas Políticas e Código de Conduta.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Ética pode ser acessado tanto por funcionários quanto por terceiros, tendo suas formas de acesso previstas no item 2.4 do Código de Conduta, documento disponibilizado a empregados e terceiros. Além disso, o Canal de Ética é amplamente divulgado na intranet.

O acesso pode ser realizado por *call center* (0800 725 0039) ou por meio de site disponibilizado exclusivamente para esse fim (<http://www.canaldeetica.com.br/cosan>).

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

Exceto se por força de lei ou solicitação judicial, a Companhia garante, aos denunciante de boa-fé, o sigilo das informações e/ou denúncias. A empresa contratada para recebimento das denúncias, utiliza sistemas e procedimentos de controles que asseguram o sigilo e a confidencialidade da denúncia.

Conforme expressamente instituído em seu Código de Conduta, a Companhia não tolera nenhum tipo de retaliação contra qualquer pessoa, interna ou externa, que comunique de boa-fé uma violação ou suspeita de violação de qualquer norma jurídica ou do Código de Conduta.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

O órgão responsável pela apuração e investigação de denúncias é o Comitê de Ética, com o suporte da Auditoria Interna.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

c. informar se a Companhia adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Em processos de fusão, aquisição e reestruturação societárias a Companhia sempre atua de forma a resguardar seus melhores interesses, sendo que os procedimentos de *due diligence* são o principal mecanismo utilizado para identificar potenciais vulnerabilidades e riscos.

Através deste mecanismo a Companhia tem uma visão global ou pontual, a depender do seu escopo, especialmente sob os aspectos jurídicos, fiscais, financeiros, trabalhistas, dentre outros, razão pela qual é um mecanismo de prevenção essencial nos processos de cisões, fusões e incorporações e também para segurança em investimentos.

d. caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, considerando que, como descrito acima, a Companhia possui regras, procedimentos ou práticas voltada para preservação, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve, em relação ao último exercício social, alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos por ela adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações relevantes com relação a este item 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – “IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Consolidado (em R\$ mil)	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida	5.946.349	4.311.713	4.148.816
Lucro bruto	1.725.361	540.405	688.469
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-258.438	- 1.052.572	-1.190.878
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.311.248	1.212.750	1.339.462
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (1)	3.423.696	- 1.240.594	621.362
Endividamento abrangente bruto, líquido de derivativo	10.591.722	10.125.097	7.704.239
Dívida líquida abrangente(2)	7.168.026	8.884.503	7.082.877
Patrimônio líquido	5.404.695	5.675.287	2.248.773
Rentabilidade			
Lucro (prejuízo) líquido / Patrimônio líquido	-4,8%	-18,5%	-53,0%
Liquidez corrente (3)	1,25	0,68	0,40

(1) Inclui o valor de caixa restrito de dívidas bancárias no montante de R\$93,2 milhões em 2017, R\$ 63,4 milhões em 2016, R\$ 77,3 milhões em 2015.

(2) Dívida líquida abrangente consiste da subtração dos saldos de caixa e equivalentes caixa e títulos de valor mobiliário (1) do valor de endividamento abrangente.

(3) Liquidez corrente é calculada pela divisão do ativo circulante total pelo passivo circulante total.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a receita operacional líquida atingiu R\$5,9 bilhões, crescimento de 37,9% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. O volume total transportado, de 49,7 bilhões de toneladas por quilômetro útil (“TKU”), foi 23% superior a 2016. O aumento da capacidade de transporte gerou ganhos de produtividade e permitiu que a Rumo atingisse recordes operacionais durante o ano. Especialmente no caso do transporte de grãos, operações mais rentáveis da Companhia, o lucro operacional foi de R\$ 1,7 bilhões, representando um crescimento de 219% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A dívida líquida abrangente somou R\$7,1 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o que, se comparado com o valor de R\$8,8 bilhões verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, representa uma queda de 19,3%, em virtude do aumento do saldo de endividamento abrangente bruto, compensado parcialmente pelo maior saldo de caixa advindo do aumento de capital concluído no 4T17.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a receita operacional líquida atingiu R\$4,3 bilhões, crescimento de 3,9% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. O volume total transportado, de 40,3 bilhões de TKU, foi 10% inferior a 2015, impactado pela redução na demanda por transporte de grãos, devido às quebras de safra de grãos em 2016

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e acentuada pelo melhor momento apresentado nas exportações brasileiras de grãos em 2015, causando forte base de comparação. A queda de volume foi compensada pelo aumento da tarifa média de transporte cobrada no ano de 2016 – que apresentou um crescimento de 8,5% - alcançando o valor de R\$ 96 por TKU/1000, somado às cobranças de take or pay, resultando em crescimento da receita líquida operacional mencionado anteriormente. O lucro operacional foi de R\$ 540 milhões, queda de 21,5% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A dívida líquida abrangente somou R\$8,8 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, comparado com R\$ 7,0 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, aumento de 25,1%, em virtude do aumento do saldo de endividamento abrangente bruto, compensado parcialmente pelo maior saldo de caixa advindo do aumento de capital concluído no 2T16.

b. estrutura de capital

Durante o exercício de 2017 mais algumas medidas foram tomadas para melhorar a estrutura de capital da Companhia, incluindo: (i) a emissão de título de dívida no mercado internacional no valor de US\$750 milhões, em 9 de fevereiro de 2017; (ii) a aprovação de aumento de capital em reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de outubro de 2017, no valor de R\$2,6 bilhões, por meio de uma oferta pública de ações de emissão da Companhia com esforços restritos de colocação (“Oferta Restrita”); e (iii) a 10ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da ALL América Latina Logística Malha Norte S.A. realizada em 19 de dezembro de 2017. As captações permitem continuar o reperfilamento de determinadas dívidas com instituições financeiras com vencimento até 2018, bem como a substituição de dívidas caras.

A estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2017 era composta de 42,8% de capital próprio e 57,2% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

Estrutura de capital

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Capital de terceiros (total de endividamento abrangente bruto)	57,2%	64,1%	77,4%
Capital próprio (patrimônio líquido total do exercício)	42,8%	35,9%	22,6%

Em milhões de R\$	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio líquido total do exercício	8.019,4	5.675,3	2.248,8
Endividamento abrangente bruto (1)	10.701,8	10.116,5	7.702,5
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (2)	3.423,7	1.240,6	621,4
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	-110,1	8,6	1,8
Dívida líquida abrangente (3)	7.168,0	8.884,5	7.082,9
Dívida líquida abrangente/PL (4)	89,4%	156,5%	315,0%

(1) Composto por (i) empréstimos e financiamentos e debêntures, (ii) arrendamento mercantil e (iii) certificado recebíveis imobiliários – CRI.

(2) Inclui caixa restrito de dívidas bancárias no montante de R\$93,2 milhões em 2017, R\$ 63,4 milhões em 2016 e R\$ 77,3 milhões em 2015.

(3) Também chamada de dívida financeira líquida, é composto por endividamento abrangente bruto (1), líquido de (i) instrumentos financeiros derivativos, líquidos, (ii) caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários, e (iii) caixa restrito de empréstimos e financiamentos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(4) Composto pela divisão da dívida líquida abrangente (3) pelo valor do patrimônio líquido total do exercício.

Em 31 de dezembro de 2017 o patrimônio líquido era de R\$ 8,0 bilhões, representando um aumento de 41,3% em relação a 31 de dezembro de 2016, especialmente em decorrência do aumento de capital através da captação de R\$ 2,6 bilhões ocorrida no 3T17. Em 31 de dezembro de 2016 o patrimônio líquido era de R\$5,7 bilhões, representando um aumento de 152,4% em relação a 31 de dezembro de 2015, decorrente principalmente da reorganização societária que incorporou a Rumo Logística, ocorrida no final do exercício de 2016.

O capital de terceiros da Companhia, representado pelo endividamento abrangente bruto, inclui o saldo das contas de empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil e certificado recebíveis imobiliários – CRI. Estes recursos são utilizados principalmente para expansão das operações de logística integrada.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava um endividamento abrangente bruto no valor de R\$ 10,7 bilhões, com um incremento de R\$ 585,3 milhões em relação ao exercício anterior, principalmente em decorrência da apropriação de encargos. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava um endividamento abrangente bruto no valor de R\$ 10,1 bilhões, impactado pela incorporação dos saldos da Rumo Logística naquele exercício, levando a um aumento de R\$2,4 bilhões em relação ao endividamento de 2015. Além disso, o grupo promoveu o reperfilamento das dívidas no decorrer do 2T16, o que tornou as dívidas, em sua maioria, de longo prazo, e possibilitou novas captações, mantendo em linha os saldos de dívida de curto prazo em 2016 e 2015. O saldo de arrendamento mercantil teve quedas em 2017 e 2016, respectivamente nos montantes de R\$453,4 e R\$344 milhões, pelo pagamento das parcelas dos contratos vigentes. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava um endividamento bancário bruto no valor de R\$7,7 bilhões.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, suas disponibilidades e a expectativa de geração de fluxo de caixa, a administração acredita que a Companhia terá capacidade de cumprir com todos os seus compromissos financeiros assumidos no curto prazo, embora não possa garantir que tal situação será mantida nos anos subseqüentes. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a administração entende que a Companhia tem capacidade para contratá-los, inclusive mediante o acesso ao mercado de capitais por meio de emissão de dívidas.

A seguir é apresentado um demonstrativo da dívida líquida consolidada e do capital circulante líquido da Companhia, nas datas indicadas:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$ milhões			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Vencimentos	Endividamento bruto, líquido de derivativo (2017) (1)	Caixa Bruto (2017)	Dívida Líquida Abrangente	Dívida Líquida Abrangente	Dívida Líquida Abrangente
Curto Prazo (até 1 ano)	-1.941,4	3.423,7	1.482,3	-806,8	-1.261,6
Longo Prazo	-8.650,3	-	-8.650,3	-8.077,7	-5.821,3
Total Dívida Líquida Consolidada			-7.168,0	-8.884,5	-7.082,9

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante, exceto caixa e equivalentes de caixa e TVM (1)	1.075,5	1.120,7	701,8
Passivo circulante, exceto endividamento bruto, líquido de derivativos (1)	-1.570,5	-1.350,4	-1.251,4
Capital circulante líquido ("Capital de Giro")	-495,0	-229,7	-549,6

(1) Excluídos do cálculo de capital de giro e considerados na posição de dívida líquida

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, respectivamente, nos montantes de R\$494,4 milhões, R\$222,3 milhões e R\$540,7 milhões. Trata-se de uma característica da Companhia, decorrente do curto prazo de faturamento de clientes (7 a 15 dias) e prazo de pagamento de fornecedores mais longo (acima de 45 dias).

A administração acredita que as obrigações de curto prazo poderão ser satisfeitas preponderantemente com a geração de caixa operacional dos seus negócios, que foi de R\$ 2,3 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$1,2 bilhões em 2016).

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A dívida líquida abrangente em 31 de dezembro de 2017 era de R\$7,1 bilhões, um decréscimo em relação à posição apresentada em 31 de dezembro de 2016, que era de R\$8,8 bilhões, sendo essa melhora decorrente do saldo mantido em caixa na data do balanço. No exercício de 2016, havia ocorrido um aumento de R\$1,7 bilhões na dívida líquida abrangente da Companhia (que em 31 de dezembro de 2015 era de R\$7,1 bilhões) por conta da incorporação da Rumo Logística em 31 de dezembro de 2016. A Companhia e suas controladas utilizam regularmente diversas fontes de financiamento para desenvolvimento de suas atividades, dentre elas fontes de mercado de capitais, bancos comerciais, bem como as linhas de crédito do BNDES (FINAME e FINEM) no financiamento de ativos não circulantes.

Nos exercícios de 2016 e 2017, a Companhia finalizou algumas medidas que a permitiram reequilibrar sua estrutura de endividamento, visando o pleno atendimento do seu plano de negócios e sua continuidade operacional. Para mais informações, veja o item (b) acima.

Para maiores informações acerca dos contratos financeiros e do endividamento da Companhia, vide item (f).

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Os Diretores acreditam que a Companhia tem acesso às mais diversificadas fontes de financiamento, tais como mercado de capitais local e internacional, bancos comerciais e de investimento e agências de fomento, ampliadas a partir da implementação das medidas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

mencionadas no item (b) acima, como, por exemplo, o acesso ao mercado de capitais por meio de emissão de dívidas em Fevereiro/2017.

f. níveis de endividamento e as características das dívidas.**(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía um endividamento bancário bruto (empréstimos e financiamentos, debêntures e operações de *leasing*) de R\$9,6 bilhões, dos quais R\$1,5 bilhões eram representados por dívida de curto prazo.

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2017:

Contrato	Taxa de Juros	Valor do Principal (em R\$ milhares)	Vencimento
Empréstimos e financiamentos			
Bancos Comerciais	Pré-fixado	95.040	2021
	CDI + 4,91% a.a.	98.117	2019
Finame (BNDES)	Pré-fixado	1.281.371	2025
Finem (BNDES)	Pré-fixado	2.695	2024
NCE	URTJLP	2.270.055	2029
	IPCA	2.840	2021
	Selic	4.075	2020
	CDI + spread	294.968	2018
	% do CDI	59.858	2018
	% do CDI	644.766	2023
Sênior Notes	Pré-fixado (U\$)	2.570.622	2024
Debêntures			
Debêntures não conversíveis	108 % do CDI (3ª emissão da MS / 6ª emissão da MN e 1ª emissão MP)	171.515	2018
	128% do CDI (10ª emissão da MN)	499.576	2025
	Pré-fixado (8ª emissão da MN)	163.750	2020
	CDI + 3,50% a.a. (9ª emissão da MN)	1.359.125	2023
	CDI + 2,05% a.a. (1ª emissão da antiga Rumo Logística)	152.573	2018
Total		9.670.946	

Apresentamos a seguir a descrição dos principais contratos financeiros celebrados pela Companhia e suas controladas, vigentes em 31 de dezembro de 2017:

BNDES

Correspondem a recursos captados pelas suas controladas destinados ao financiamento dos projetos de expansão do segmento de logística e são destinados a investimentos no ativo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

imobilizado e ativo intangível. Os contratos firmados têm como garantia avais da Companhia, fianças bancárias e a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

- FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados a investimentos no ativo imobilizado. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.
- FINEM – Financiamento de Empreendimentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados à implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.

Nota de crédito de exportação – NCE

Em 27 de dezembro de 2017, a controlada Rumo Malha Norte efetuou uma emissão de nota de crédito à exportação no montante de R\$650.000, com vencimento em 26 de dezembro de 2023.

As notas de créditos são lastreadas em receita de transporte de mercadorias destinadas à exportação, mediante comprovação.

Debêntures

Em 5 de dezembro de 2017, a controlada Rumo Malha Norte efetuou a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no montante de R\$500.000, com vencimento em 5 de dezembro de 2025. As debêntures contam com garantia fidejussórias prestadas pela Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 499,6 milhões - principal mais juros apropriados até a data.

Em 21 de junho de 2016, a controlada ALL Malha Norte efetuou a 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante de R\$2.433.269, com vencimento em junho de 2023 (reperfilamento). As debêntures contam com garantias fidejussórias prestadas pela Rumo S.A.. Os recursos captados foram utilizados no processo de reperfilamento de parte das dívidas da Companhia e suas controladas, vincendas nos exercícios de 2016, 2017 e 2018. O saldo em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 1.359,1 milhões - principal mais juros apropriados até a data.

A 1ª emissão da Companhia, sucessora da Rumo Logística, foi realizada em 16 de abril de 2015, no valor total de emissão de R\$1,4 bilhão, e vencimento em 2018. R\$ 1,25 bilhões foram quitados na operação de reperfilamento das dívidas, de forma que o saldo em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 152,4 milhões - principal mais juros apropriados até a data. As debêntures são remuneradas com juros de 100% da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (Taxa DI), divulgada pela CETIP, acrescido de spread *pro rata temporis* de 2,05% ao ano, de 24 de abril de 2015, inclusive, até 25 de abril de 2017, exclusive, e 2,55% ao ano a partir de 25 de abril de 2017, inclusive.

A 8ª emissão de debêntures da ALL Malha Norte foi realizada em 25 de setembro de 2012, no valor total de emissão de R\$160,0 milhões, e tem vencimento em 2020. As debêntures

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

contam com garantia fidejussória prestada pela Companhia, e são remuneradas por juros de 13,13% ao ano. O saldo em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 163,7 milhões - principal mais juros apropriados até a data.

A 3ª emissão de debêntures da ALL Malha Sul, a 6ª emissão de debêntures da ALL Malha Norte, realizadas em 15 de agosto de 2008, e a 1ª emissão de debêntures da ALL Malha Paulista, realizada em 9 de março de 2012, têm valor total de emissão R\$166,7 milhões cada e vencimento em 2018, sendo que R\$ 55,6 milhões de cada emissão já foram amortizados, de forma que o saldo em 31 de dezembro de 2017 era de R\$171,5 milhões - principal mais juros apropriados até a data. Estas emissões de debêntures contam com garantia fidejussória prestada pela Companhia e são remuneradas com juros de 108% da Taxa DI.

Todas as debêntures vigentes e mencionadas acima possuem cláusulas de *covenants* financeiros, sendo as cláusulas mais restritivas as discriminadas detalhadamente no item (iv), deste tópico.

Além disso, as escrituras das debêntures acima descritas preveem determinadas hipóteses de vencimento antecipado, que incluem, por exemplo:

(a) transferência do controle acionário, direto ou indireto, da emissora e/ou da garantidora, sem que tenham sido constituídas garantias adicionais as debêntures de forma satisfatória aos debenturistas;

(b) cisão, fusão ou incorporação da emissora e/ou da garantidora ou qualquer subsidiária ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo emissora e/ou garantidora sem a prévia autorização dos debenturistas;

(c) venda ou transferência de ativos relevantes da emissora e/ou da garantidora;

(d) constituição de qualquer nova dívida que tenha preferência às debêntures em eventual concurso de credores, exceto se as garantias forem compartilhadas com os debenturistas ou se tratar de eventual contrato de financiamento com o BNDES ou outra agência de fomento;

(e) vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira, de valor igual ou superior a R\$50 milhões;

(f) descumprimento de sentença judicial transitada em julgado, que envolva valor unitário ou agregado superior a R\$50 milhões;

(g) falta de pagamento, de qualquer dívida financeira de valor unitário igual ou superior a R\$50 milhões, não sanado em até 15 dias contados da respectiva data de vencimento; e

(h) não cumprimento da legislação socioambiental, incluindo, mas não se limitando a legislação pertinente à Política Nacional do meio Ambiente e Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, bem como da legislação trabalhista, sem adotar as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo devedor de todas as debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2017 era de R\$2,3 bilhões.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos, com destaque para o BNDES, que desembolsou para a Companhia recursos no montante de R\$ 364 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, recursos no montante de R\$635,3 milhões no exercício de 2016 e recursos no montante de R\$829,1 milhões no exercício de 2015.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2017 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

Determinados empréstimos e financiamentos da Companhia são garantidos por alienação fiduciária dos bens objeto de financiamento, penhor de direitos creditórios, penhor de receitas, entre outros.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Em relação aos limites de endividamento, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas existentes na maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros – limitando indiretamente o nível de endividamento. Os indicadores financeiros consistem em: (i) dívida líquida abrangente consolidada (dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis, certificado de recebíveis imobiliários deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos de derivativos)/EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, em português LAJIDA); (ii) EBITDA/resultado financeiro consolidado (são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos e operações de derivativos). A apuração é trimestral na data das demonstrações financeiras, utilizando os resultados consolidados da Companhia.

O *ratio* pactuado é de até 4,3x dívida líquida abrangente/EBITDA e índice de cobertura de juros mínimo de 1,4x EBITDA/resultado financeiro, limites que estavam sendo atendidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2017. O limite reduz anualmente até atingir 3,0x em 2021.

Em relação à distribuição de dividendos, não há uma ressalva se a Companhia e suas controladas estiverem adimplentes com as obrigações previstas nos contratos de empréstimos e financiamentos. Existem contratos que preveem restrições para a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

distribuição de dividendos se a Companhia estiver em mora ou estiver com Covenants de Dívida Financeira Líquida / EBITDA $>3,0x$, sendo que, neste caso, veda-se a distribuição de dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sem a aprovação previa do credor – exceto a distribuição mínima obrigatória prevista na Lei das Sociedades por Ações.

Com relação à alienação de ativos, a Companhia detém alguns contratos que vedam a alienação se não for objeto de aprovação prévia pelo credor.

Em se tratando da alienação do controle societário, a Companhia possui diversos contratos que vedam a alteração do controle societário, porém trazem a ressalva de alteração do controle societário efetivo. Isto é, se a Cosan Logística S.A. permanecer como controladora direta ou indireta da Companhia o evento não será considerado hipótese de vencimento antecipado. Por outro lado, se o controle societário for transferido a terceiros fora do grupo, será caracterizado como Evento de Inadimplemento e o credor poderá vencer o contrato antecipadamente.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os covenants financeiros descritos no parágrafo acima, nos termos repactuados. A Companhia registrou os seguintes índices financeiros apurados com base em suas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2017:

- *Dívida Líquida/EBITDA de 2,6x; e*
- *EBITDA/Resultado Financeiro de 2,3x.*

Tendo em vista que a metodologia para apuração dos componentes dos índices financeiros é estipulada de modo específico em cada contrato de empréstimo e financiamento, não necessariamente esses valores correspondem aos valores de EBITDA e dívida bancária líquida apresentados nos demais itens do Formulário de Referência ou aos índices contratuais estipulados.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, a Companhia e suas controladas tinham disponíveis linhas de crédito de financiamento junto ao BNDES não utilizadas, no montante de R\$94,2 milhões, R\$ 541,6 milhões e R\$1,2 bilhões, respectivamente. A Companhia ainda não utilizou o saldo disponível em 31.12.2017 no montante de R\$ 94,2 milhões, o que corresponde a 2,92% do montante das linhas de crédito de financiamento disponibilizadas, sendo que a sua utilização está condicionada ao atendimento de determinadas condições contratuais.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

<i>(em R\$ mil, exceto %)</i>	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	AH 2017 x 2016
ATIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	178.004	0,77%	260.527	1,13%	-31,68%
Títulos e valores mobiliários	3.152.441	13,69%	916.593	3,98%	243,93%
Contas a receber de clientes	359.342	1,56%	417.156	1,81%	-13,86%
Instrumentos financeiros derivativos	660	0,00%	2.883	0,01%	-77,11%
Estoques	282.291	1,23%	284.579	1,24%	-0,80%
Recebíveis de partes relacionadas	13.174	0,06%	28.814	0,13%	-54,28%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	50.855	0,22%	165.956	0,72%	-69,36%
Outros tributos a recuperar	209.121	0,91%	84.009	0,36%	148,93%
Outros ativos	160.733	0,70%	140.236	0,61%	14,62%
Ativo circulante	4.406.621	19,13%	2.300.753	9,99%	91,53%
Contas a receber de clientes	12.376	0,05%	14.305	0,06%	-13,48%
Caixa restrito	225.634	0,98%	200.999	0,87%	12,26%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.156.560	5,02%	1.160.968	5,04%	-0,38%
Recebíveis de partes relacionadas	18.086	0,08%	0	0,00%	0,00%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	247.996	1,08%	121.376	0,53%	104,32%
Outros tributos a recuperar	698.057	3,03%	660.805	2,87%	5,64%
Depósitos judiciais	330.972	1,44%	299.876	1,30%	10,37%
Instrumentos financeiros derivativos	109.447	0,48%	786	0,00%	13824,55%
Outros ativos	92.590	0,40%	106.191	0,46%	-12,81%
Investimentos em controladas e coligadas	41.930	0,18%	46.847	0,20%	-10,50%
Imobilizado	11.266.278	48,92%	10.337.119	44,88%	8,99%
Intangíveis	7.622.969	33,10%	7.781.289	33,79%	-2,03%
Ativo não circulante	21.822.895	94,75%	20.730.561	90,01%	5,27%
Total do ativo	26.229.516	113,89%	23.031.314	100,00%	13,89%

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente.

Ativo circulante**Caixa e equivalentes de caixa**

Houve redução de 31,7% de caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$260,5 milhões) em relação a 31 de dezembro de 2016 (R\$178 milhões). Tal redução se deve ao efeito líquido da geração de caixa operacional e aos saldos das atividades de investimento e financiamento.

Títulos e valores mobiliários

Houve um aumento de 243,9% em títulos e valores mobiliários no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$3,1 bilhões) em relação a 31 de dezembro de 2016 (R\$916,5 milhões). O aumento decorre da aplicação da sobra de caixa gerado pelo aumento de capital ocorrido no 3T17.

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$50,8 milhões) houve uma redução de 69,3% em relação ao saldo de R\$165,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, devido à transferência para o não-circulante.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Outros tributos a recuperar***

Apresentam saldo de R\$209,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, frente a R\$84,0 em 31 de dezembro de 2016. A variação do saldo reflete o registro de créditos tributários sobre compra de insumos.

Ativo não circulante***Imposto de renda e contribuição social a recuperar***

Totalizaram R\$247,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, e R\$121,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, observado que a redução reflete a reclassificação de saldos do circulante para o não circulante.

Instrumentos financeiros derivativos

O saldo de R\$109,4 milhões registrado em 31 de dezembro de 2017 decorre da contratação de swap trocando o risco cambial do *Senior Notes 2024 por juros CDI*. O saldo em 31 de dezembro de 2016 era irrisório, R\$0,7 milhões.

Imobilizado

O saldo de imobilizado registrou um crescimento de 9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, atingindo R\$11,3 bilhões. A variação decorre dos investimentos feitos no exercício, líquidos da depreciação.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Comparação das Principais Contas Patrimoniais Consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015**

<i>(em R\$ mil, exceto %)</i>	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	AH 2016 x 2015
ATIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	260.527	1,13%	35.832	0,24%	627,08%
Títulos e valores mobiliários	916.593	3,98%	508.268	3,36%	80,34%
Contas a receber de clientes	417.156	1,81%	100.101	0,66%	316,74%
Instrumentos financeiros derivativos	2.883	0,01%	4.155	0,03%	-30,61%
Estoques	284.579	1,24%	219.216	1,45%	29,82%
Recebíveis de partes relacionadas	28.814	0,13%	75.851	0,50%	-62,01%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	165.956	0,72%	27.434	0,18%	504,93%
Outros tributos a recuperar	84.009	0,36%	170.185	1,13%	-50,64%
Outros ativos	140.236	0,61%	109.140	0,72%	28,49%
Ativo circulante	2.300.753	9,99%	1.250.182	8,27%	84,03%
Contas a receber de clientes	14.305	0,06%	21.136	0,14%	-32,32%
Caixa restrito	200.999	0,87%	200.893	1,33%	0,05%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.160.968	5,04%	1.069.719	7,08%	8,53%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	121.376	0,53%	272.825	1,80%	-55,51%
Outros tributos a recuperar	660.805	2,87%	592.742	3,92%	11,48%
Depósitos judiciais	299.876	1,30%	254.714	1,68%	17,73%
Instrumentos financeiros derivativos	786	0,00%	14.346	0,09%	-94,52%
Outros ativos	106.191	0,46%	124.072	0,82%	-14,41%
Investimentos em controladas e coligadas	46.847	0,20%	44.242	0,29%	5,89%
Imobilizado	10.337.119	44,88%	9.021.257	59,68%	14,59%
Intangíveis	7.781.289	33,79%	2.250.808	14,89%	245,71%
Ativo não circulante	20.730.561	90,01%	13.866.754	91,73%	49,50%
Total do ativo	23.031.314	100,00%	15.116.936	100,00%	52,35%

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

Ativo circulante**Caixa e equivalentes de caixa**

Houve um aumento de 627,0% de caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 atingindo saldo de R\$260,5 milhões, com aumento significativo em relação ao saldo verificado em 31 de dezembro de 2015 (R\$35,8 milhões). Tal aumento se deve ao efeito líquido da geração de caixa operacional e os saldos das atividades de investimento e financiamento.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Títulos e valores mobiliários***

Houve um aumento de 80,3% em títulos e valores mobiliários no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o valor era de R\$916,6 milhões e R\$508,3 milhões em 31 de dezembro de 2015. A variação do saldo entre 31 de dezembro de 2016 e 2015 reflete as aplicações de recursos em virtude da sobra de caixa decorrente do aumento de capital ocorrido no 2T16.

Contas a receber de clientes

Houve um aumento de 316,9% em contas a receber de clientes no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$417,1 milhões) em relação a 31 de dezembro de 2015 (R\$100,1 milhões). A variação do saldo entre 31 de dezembro de 2016 e 2015 reflete principalmente a revisão das estimativas de recebimentos de multas de clientes por não desempenharem os volumes contratuais.

Estoques

Houve um aumento de 29,8% em estoques no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$284,6 milhões) em relação a 31 de dezembro de 2015 (R\$219,2 milhões). A variação do saldo entre 31 de dezembro de 2016 e 2015 reflete a aquisição de peças e acessórios para aplicação na manutenção de locomotivas, vagões e vias, alinhada ao plano de investimentos da companhia.

Outros tributos a recuperar

Totalizaram R\$84,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R\$170,2 em 31 de dezembro de 2015. A variação do saldo reflete o registro de créditos tributários sobre compra de insumos.

Ativo não circulante***Contas a receber de clientes***

Houve uma redução de 32,3% de contas a receber de clientes no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$14,3 milhões) em relação a 31 de dezembro de 2015 (R\$21,1 milhões). Essa redução decorre do recebimento de parcelas.

Caixa restrito

Totalizou R\$200,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 e em 2015. O caixa restrito apresentado no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2016, é representado por aplicações financeiras que são vinculadas a empréstimos junto ao BNDES e Caixa Econômica Federal no montante de R\$85,9 milhões, bem como montante mantido em *escrow account* para suporte a fianças bancárias no montante de R\$115 milhões.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O valor de R\$1.160,9 milhões verificado em 31 de dezembro de 2016 corresponde aos créditos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, observado que a variação em

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

relação a 2015 (R\$1.069,7 milhões) reflete o aumento do prejuízo fiscal e base negativa e das diferenças temporárias no ano de 2016.

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Totalizaram R\$121,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, e R\$272,8 milhões em 31 de dezembro de 2015, sendo que a diferença reflete a reclassificação de saldos do curto para o longo prazo.

Outros tributos a recuperar

Totalizaram R\$660,1 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R\$592,7 em 31 de dezembro de 2015, em linha entre os períodos, decorrente do efeito de créditos de ICMS, Pis e Cofins a recuperar gerado pelos investimentos similares em ativo imobilizado ocorridos nos dois anos.

Depósitos judiciais

Totalizaram R\$299,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, e R\$254,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, observado que a variação de 17,8% reflete o efeito dos depósitos realizados por conta de processos trabalhistas.

Instrumentos financeiros derivativos

Totalizaram R\$0,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, e R\$14,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, sendo a redução consequência da liquidação de dívidas em moedas estrangeiras no reperfilamento 2T16.

Investimentos

Totalizaram R\$46,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, e R\$44,2 milhões em 31 de dezembro de 2015. O saldo em 31 de dezembro de 2016 é composto pelos investimentos nas associadas Rhall Terminais, Termag S.A., TGG S.A., Terminal XXXIX. O incremento se deu pelo reconhecimento do resultado de equivalência do ano de 2016.

Imobilizado

O aumento de 14,6%, ou R\$1.315,9 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 se comparado a 31 de dezembro de 2015, decorre principalmente de adição de R\$ 1.715,3 milhões correspondente à aquisição de vagões e locomotivas e investimentos na via - depreciação de R\$1.240,1 milhões, baixas líquidas de R\$ 19,5 milhões e efeito líquida da reorganização societária de R\$860,5 milhões.

Intangível

Totalizou R\$7.781,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, e R\$2.250,8 milhões em 31 de dezembro de 2015. A variação reflete o efeito da reorganização societária no valor líquido

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de R\$ 6.047,8, sendo o principal efeito a contabilização do Direito de Concessão da ALL Malha Norte, que estava anteriormente registrado na Rumo Logística.

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	AH 2017 x 2016
PASSIVO					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.594.008	6,92%	1.467.725	6,37%	8,60%
Arrendamento mercantil	261.344	1,13%	472.632	2,05%	-44,70%
Certificado de recebíveis imobiliários - CRI	86.745	0,38%	105.422	0,46%	-17,72%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0,00%	4.535	0,02%	-100,00%
Fornecedores	628.596	2,73%	564.942	2,45%	11,27%
Ordenados e salários a pagar	166.864	0,72%	117.150	0,51%	42,44%
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.003	0,01%	35.990	0,16%	-94,43%
Outros tributos a pagar	42.767	0,19%	32.757	0,14%	30,56%
Dividendos a pagar	8.506	0,04%	6.729	0,03%	26,41%
Arrendamentos e concessões	27.413	0,12%	27.662	0,12%	-0,90%
Pagáveis a partes relacionadas	147.099	0,64%	106.710	0,46%	37,85%
Receitas diferidas	11.529	0,05%	14.167	0,06%	-18,62%
Outros passivos financeiros	291.977	1,27%	177.569	0,77%	64,43%
Outras contas a pagar	243.130	1,06%	259.352	1,13%	-6,25%
Passivo circulante	3.511.981	15,25%	3.393.342	14,73%	3,50%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.076.938	35,07%	7.055.450	30,63%	14,48%
Arrendamento mercantil	682.794	2,96%	924.911	4,02%	-26,18%
Certificado recebíveis imobiliários - CRI	0	0,00%	90.323	0,39%	-100,00%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0,00%	7.768	0,03%	-100,00%
Outros tributos a pagar	11.010	0,05%	17.056	0,07%	-35,45%
Provisão para demandas judiciais	502.034	2,18%	507.022	2,20%	-0,98%
Arrendamentos e concessões	2.905.921	12,62%	2.580.144	11,20%	12,63%
Pagáveis a partes relacionadas	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.342.076	10,17%	2.397.528	10,41%	-2,31%
Receitas diferidas	56.495	0,25%	62.207	0,27%	-9,18%
Outras contas a pagar	120.886	0,52%	320.276	1,39%	-62,26%
Passivo não circulante	14.698.154	63,82%	13.962.685	60,62%	5,27%
Total do passivo	18.210.135	79,07%	17.356.027	75,36%	4,92%
Patrimônio líquido					
Capital Social	9.654.897	41,92%	7.014.897	30,46%	37,63%
Reserva de capital	2.459.859	10,68%	2.493.670	10,83%	-1,36%
Ajuste de avaliação patrimonial	7.812	0,03%	6.489	0,03%	20,39%
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Reserva de lucros	253.599	1,10%	253.599	1,10%	0,00%
Prejuízos acumulados	-4.624.707	-20,08%	-4.363.960	-18,95%	5,98%
Acionistas não controladores	267.921	1,16%	270.592	1,17%	-0,99%
Total do patrimônio líquido	8.019.381	34,82%	5.675.287	24,64%	41,30%
Total do passivo e patrimônio líquido	26.229.516	113,89%	23.031.314	100,00%	13,89%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Passivo circulante*****Empréstimos, financiamentos e debêntures***

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo variaram 9,0%, ou R\$126,2 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em relação a 31 de dezembro de 2016, reflexo do aumento no fluxo de caixa das parcelas que vencem no curto prazo.

Arrendamento mercantil

Totalizou R\$261,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$472,6 milhões em 31 de dezembro de 2016. A queda no saldo reflete as amortizações realizadas no ano de 2017.

Certificado de recebíveis imobiliários - CRI

O saldo de R\$86,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 sofreu uma redução de 17,7% em relação à R\$105,4 milhões em 2016 devido às amortizações realizadas no ano de 2017.

Fornecedores

O saldo aumentou 11,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 partindo de um saldo de R\$ 564,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 e atingindo R\$ 628,6 milhões em 2017, principalmente em decorrência de maior volume de compras de materiais e serviços, em linha com o maior nível de operação da Companhia.

Ordenados e salários

O fato de a Companhia ter atingido suas metas financeiras e operacionais no exercício de 2017 fez com que a remuneração variável levasse a um aumento de 42,4% no saldo, registrando R\$166,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 frente à R\$117,2 milhões em 2016.

Pagáveis a partes relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o valor era de R\$147,0 milhões frente à R\$106,7 milhões em 31 de dezembro de 2016. A variação reflete o comportamento do saldo da Raízen Combustíveis S.A, fornecedor de diesel. Apesar de a Companhia utilizar uma frota mais econômica, o volume superior transportado no 4T17 elevou o combustível gasto além do aumento de preço na ordem de 10%.

Outros passivos financeiros

Totalizou R\$291.977 milhões em 31 de dezembro de 2017 frente a R\$177.569 milhões em 31 de dezembro de 2016, variação de 64,4% que reflete maior nível de atividade (volume de transporte) no último trimestre de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Passivo não circulante*****Empréstimos e financiamentos***

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo aumentaram 14,48% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 quando apresentaram saldo de R\$8,1 bilhões frente a R\$R\$7,1 bilhões em 31 de dezembro de 2016. As novas captações praticamente se anulam com os pagamentos de principal e juros, de forma que a variação decorre da apropriação de encargos no exercício.

Arrendamento mercantil

Arrendamento mercantil totalizou R\$682.794 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$924.911 milhões em 31 de dezembro de 2016. A redução do saldo reflete a reclassificação do longo para o curto prazo em função do cronograma de vencimento de tais passivos.

Certificado de recebíveis imobiliários - CRI

O saldo de R\$90,3 milhões existente em 31 de dezembro de 2016 foi transferido para o passivo circulante devido ao cronograma de vencimento das mesmas.

Arrendamentos e concessões

Arrendamentos e concessões totalizaram R\$2.905,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 frente a R\$2.580,1 milhões em 31 de dezembro de 2016. O crescimento do saldo reflete, além da correção do saldo anterior pela SELIC, o acréscimo das parcelas de determinadas concessionárias de malhas ferroviárias que venceram no exercício, cujo pagamento está sendo questionado judicialmente pela Companhia.

Outras contas a pagar

Totalizou R\$120,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 frente a R\$320,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, redução de 62,2% principalmente em virtude de pagamentos feitos no exercício.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou 41,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 registrando R\$8.019,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 frente a R\$5.675,2 milhões em 2016, representando 34,8% e 24,6% do total do passivo e patrimônio líquido, respectivamente. O aumento decorre, principalmente, do aumento de capital realizado no exercício de 2017, líquido do prejuízo do exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	AH 2016 x 2015
PASSIVO					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.467.725	6,37%	1.254.743	8,30%	16,97%
Arrendamento mercantil	472.632	2,05%	539.615	3,57%	-12,41%
Certificado de recebíveis imobiliários - CRI	105.422	0,46%	88.089	0,58%	19,68%
Instrumentos financeiros derivativos	4.535	0,02%	4.676	0,03%	-3,02%
Fornecedores	564.942	2,45%	368.143	2,44%	53,46%
Ordenados e salários a pagar	117.150	0,51%	118.203	0,78%	-0,89%
Imposto de renda e contribuição social correntes	35.990	0,16%	5.123	0,03%	602,52%
Outros tributos a pagar	32.757	0,14%	28.547	0,19%	14,75%
Dividendos a pagar	6.729	0,03%	7.371	0,05%	-8,71%
Arrendamentos e concessões	27.662	0,12%	20.205	0,13%	36,91%
Pagáveis a partes relacionadas	106.710	0,46%	168.801	1,12%	-36,78%
Receitas diferidas	14.167	0,06%	16.851	0,11%	-15,93%
Outros passivos financeiros	177.569	0,77%	236.697	1,57%	-24,98%
Outras contas a pagar	259.352	1,13%	272.678	1,80%	-4,89%
Passivo circulante	3.393.342	14,73%	3.129.742	20,70%	8,42%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.055.450	30,63%	4.421.009	29,25%	59,59%
Arrendamento mercantil	924.911	4,02%	1.202.086	7,95%	-23,06%
Certificado recebíveis imobiliários - CRI	90.323	0,39%	196.917	1,30%	-54,13%
Instrumentos financeiros derivativos	7.768	0,03%	15.605	0,10%	-50,22%
Outros tributos a pagar	17.056	0,07%	26.097	0,17%	-34,64%
Provisão para demandas judiciais	507.022	2,20%	472.105	3,12%	7,40%
Arrendamentos e concessões	2.580.144	11,20%	2.204.039	14,58%	17,06%
Pagáveis a partes relacionadas	0	0,00%	861.288	5,70%	-100,00%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.397.528	10,41%	0	0,00%	0,00%
Receitas diferidas	62.207	0,27%	186.131	1,23%	-66,58%
Outras contas a pagar	320.276	1,39%	153.144	1,01%	109,13%
Passivo não circulante	13.962.685	60,62%	9.738.421	64,42%	43,38%
Total do passivo	17.356.027	75,36%	12.868.163	85,12%	34,88%
Patrimônio líquido					
Capital Social	7.014.897	30,46%	3.448.283	22,81%	103,43%
Reserva de capital	2.493.670	10,83%	316.022	2,09%	689,08%
Ajuste de avaliação patrimonial	6.489	0,03%	2.012	0,01%	222,51%
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	0,00%	1.320.111	8,73%	-100,00%
Reserva de lucros	253.599	1,10%	253.599	1,68%	0,00%
Prejuízos acumulados	-4.363.960	-18,95%	-3.300.999	-21,84%	32,20%
Acionistas não controladores	270.592	1,17%	209.745	1,39%	29,01%
Total do patrimônio líquido	5.675.287	24,64%	2.248.773	14,88%	152,37%
Total do passivo e patrimônio líquido	23.031.314	100,00%	15.116.936	100,00%	52,35%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Passivo circulante*****Empréstimos, financiamentos e debêntures***

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo variaram 17,0%, ou R\$213,0 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015, reflexo do aumento no fluxo de caixa das parcelas que vencem no curto prazo.

Arrendamento mercantil

Totalizou R\$472,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, e R\$539,6 milhões em 31 de dezembro de 2015. O saldo em 31 de dezembro de 2016 reflete as amortizações realizadas no ano de 2016.

Fornecedores

O saldo aumentou 53,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em comparação a 31 de dezembro de 2015, em decorrência principalmente da incorporação de saldo adicional via reorganização societária.

Arrendamentos e concessões

Totalizou R\$27,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, e R\$20,2 milhões em 31 de dezembro de 2015. Como a Companhia possui concessionárias de malhas ferroviárias, este saldo em 31 de dezembro de 2016 reflete a atualização das parcelas que geram aumento do passivo.

Pagáveis a partes relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o valor era de R\$106,7 milhões e R\$168,8 milhões em 31 de dezembro de 2015. A variação do saldo reflete a reorganização societária no âmbito do grupo da Companhia.

Receitas diferidas

Totalizou R\$14,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, e R\$16,9 milhões em 31 de dezembro de 2015. O saldo em 31 de dezembro de 2016 reflete a amortização do saldo de receita diferida como receita efetiva em 2016.

Outros passivos financeiros

Totalizou R\$177,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, e R\$236,7 milhões em 31 de dezembro de 2015. A redução deste saldo em 31 de dezembro de 2016 reflete menor nível de atividade (volume de transporte) no último trimestre de 2016.

Outras contas a pagar

Totalizou R\$259,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, e R\$272,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, variação de 4,89%, em linha com o período anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Passivo não circulante*****Empréstimos e financiamentos***

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo aumentaram 59,6% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015, principalmente em função do reperfilamento das dívidas e pela linha de empréstimos da Companhia no exercício de 2016 contemplar, além dos empréstimos das Malhas, também os empréstimos vinculados a antiga empresa Rumo Logística Individual.

Arrendamento mercantil

Arrendamento mercantil totalizou R\$924,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, e R\$1.202,0 milhões em 31 de dezembro de 2015. O saldo em 31 de dezembro de 2016 reflete a reclassificação do longo para o curto prazo em função do cronograma de vencimento de tais passivos.

Certificado recebíveis imobiliários – CRI

Totalizou R\$90,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, e R\$196,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, variação de 54,1%. A redução reflete o fluxo de vencimento das parcelas.

Provisão para demandas judiciais

Houve um aumento de 7,4% em provisões para demandas judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o valor era de R\$507,0 milhões e R\$472,1 milhões em 31 de dezembro de 2015. O saldo em 31 de dezembro de 2016 reflete a atualização e revisão da classificação do risco das ações existentes.

Arrendamentos e concessões

Arrendamentos e concessões totalizaram R\$2.508,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, e R\$2.204,0 milhões em 31 de dezembro de 2015. O crescimento do saldo reflete, além da correção do saldo anterior pela SELIC, o acréscimo das parcelas de determinadas concessionárias de malhas ferroviárias que venceram no exercício, cujo pagamento está sendo questionado judicialmente pela Companhia.

Pagáveis a partes relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía valores pagáveis a partes relacionadas, sendo que em 31 de dezembro de 2015 o valor era de R\$861,3 milhões. A eliminação do saldo no exercício de 2016 reflete a incorporação da controladora Rumo Logística, que eliminou o saldo a pagar à mesma.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Imposto de renda e contribuição social diferido***

Totalizou R\$2.397,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, sendo que não havia valores a esse título em 31 de dezembro de 2015. O aumento deste saldo em 31 de dezembro de 2016 reflete a incorporação dos saldos de impostos diferidos da antiga controladora Rumo Logística.

Outras contas a pagar

Totalizou R\$320,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, e R\$153,4 milhões em 31 de dezembro de 2015, sendo esta variação decorrente da incorporação dos saldos da antiga controladora Rumo Logística em 2016.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou 152,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$5.675 milhões) se comparado ao patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2015 (R\$2.248,8 milhões), sendo a variação decorrente, principalmente, do aumento de capital realizado no exercício de 2016. Os valores correspondem, respectivamente, a 24,6% e a 14,9% do total do passivo e patrimônio líquido dos respectivos exercícios de 2016 e 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016

<i>(em R\$ mil, exceto %)</i>	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	AH 2017 x 2016
Receita operacional líquida	5.946.349	100,00%	4.311.713	100,00%	37,91%
Custos dos serviços prestados	-4.220.988	-70,98%	-3.771.308	-87,47%	11,92%
Lucro bruto	1.725.361	29,02%	540.405	12,53%	219,27%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	-310.961	-5,23%	-250.703	-5,81%	24,04%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-3.304	-0,06%	-10.342	-0,24%	-68,05%
Provisão para impairment	N/A	N/A	0	0,00%	N/A
Despesas operacionais	-314.265	-5,29%	-261.045	-6,05%	20,39%
Lucro (prejuízo) antes do resultado da equivalência patrimonial, do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social	1.411.096	23,73%	279.360	6,48%	405,12%
Equivalência patrimonial em associadas	4.243	0,07%	8.380	0,19%	-49,37%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	1.415.339	23,80%	287.740	6,67%	391,88%
Resultado financeiro, líquido	-1.664.858	-28,00%	-1.453.336	-33,71%	14,55%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	-249.519	-4,20%	-1.165.596	-27,03%	-78,59%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	-43.241	-0,73%	-76.181	-1,77%	-43,24%
Diferidos	34.322	0,58%	189.205	4,39%	-81,86%
Resultado das operações continuadas	-258.438	-4,35%	-1.052.572	-24,41%	-75,45%
Resultado das operações descontinuadas	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Prejuízo do exercício	-258.438	-4,35%	-1.052.572	-24,41%	-75,45%
Prejuízo atribuído aos:					
Acionistas controladores (incluindo operações descontinuadas)	-260.807	-4,39%	-1.063.230	-24,66%	-75,47%
Acionistas não controladores	2.369	0,04%	10.658	0,25%	-77,77%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida foi de R\$5.946,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em comparação à R\$4.311,7 milhões em 2016, o que representa um aumento de 37,9%. Este aumento decorre basicamente de um maior volume de TKUs transportado (acréscimo de 23,4%), de uma tarifa média 3,4% maior e da incorporação do resultado da operação de elevação portuária a partir de 31 de dezembro de 2016, que não integrava o resultado de 2016.

Custos dos serviços prestados e Despesas comerciais, gerais e administrativas

Os custos dos serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$4.220,9 milhões comparativamente a R\$3.771,3 milhões de 2016, o que representou um aumento de 11,9%. Os custos dos serviços prestados representaram 70,9% e 87,4% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. As despesas gerais e administrativas e outras em 2017 foram de R\$ 314,2 milhões versus R\$ R\$261,0 milhões em 2016, refletindo um crescimento de 20,3%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Para fins de análises das variações por natureza, são somados os montantes de custos e despesas comerciais, gerais e administrativas. Os principais custos e despesas são (i) depreciação e amortização, totalizaram R\$1.341,3 milhões em 2017 frente a R\$1.291,3 milhões em 2016, incremento devido aos investimentos em capex e à incorporação das operações da Rumo Logística; (ii) despesas com transporte e elevação, que totalizaram R\$1.446,8 milhões em 2017 contra R\$894,5 milhões em 2016 afetadas pela variação no volume transportado e pela incorporação das operações da Rumo Logística, (iii) gastos com pessoal, que totalizaram R\$764,3 milhões em 2017 versus R\$591,5 milhões em 2016, incremento gerado pela ausência de participação nos resultados no exercício anterior; e (iv) arrendamento e concessão, que totalizou R\$201,3 milhões em 2017 versus R\$193,6 em 2016 afetados pela incorporação dos custos de arrendamento da operação da Rumo Logística no porto.

Resultado financeiro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tivemos resultado financeiro líquido representado por despesas financeiras, líquidas de R\$ -1.664,8 milhões, comparativamente a R\$-1.453,3 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2016. Referido aumento de 14,5% se justifica principalmente em virtude do aumento do saldo e do custo médio da dívida, decorrente da emissão das Senior Notes 2024 e pela incorporação da Rumo Logística em 31 de dezembro de 2016. Este efeito foi parcialmente compensado pela queda do CDI no exercício. Os encargos sobre Arrendamento Mercantil e Certificados de Recebíveis Imobiliários apresentaram uma queda expressiva devido às amortizações ocorridas nestes instrumentos, sem ocorrência de novas captações relevantes. Além disso, o rendimento de aplicações financeiras foi maior em virtude de maior saldo aplicado, tendo em vista os recursos do aumento de capital concluído no 4T17.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

As receitas com imposto de renda e contribuição social, que compreendem os valores correntes e diferidos, totalizaram uma despesa de R\$8,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 comparativamente a uma receita de R\$113,1 milhões em 2016. A diferença é decorrência do registro de menores prejuízos fiscais nas empresas que registram créditos tributários diferidos (não são registrados impostos diferidos ativos na Rumo Malhas Sul e Rumo Malha Oeste, por falta de perspectivas de recuperação).

Lucro líquido (Prejuízo)

O prejuízo do exercício foi de R\$258,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em comparação com prejuízo líquido de R\$1.052,5 milhões em 2016, o que representou uma redução de 75,4%. A redução reflete o melhor desempenho das operações no exercício de 2017, reflexo de uma safra normal, e a incorporação das operações da Rumo Logística (antiga controladora) em 31 de dezembro de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015

<i>(em R\$ mil, exceto %)</i>	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	AH 2016 x 2015
Receita operacional líquida	4.311.713	100,00%	4.148.816	100,00%	3,93%
Custos dos serviços prestados	-3.771.308	-87,47%	-3.460.347	-83,41%	8,99%
Lucro bruto	540.405	12,53%	688.469	16,59%	-21,51%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	-250.703	-5,81%	-303.712	-7,32%	-17,45%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-10.342	-0,24%	-410.288	-9,89%	-97,48%
Despesas operacionais	-261.045	-6,05%	-714.000	-17,21%	-63,44%
Lucro (prejuízo) antes do resultado da equivalência patrimonial, do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social	279.360	6,48%	-25.531	-0,62%	-1194,20%
Equivalência patrimonial em associadas	8.380	0,19%	7.289	0,18%	14,97%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	287.740	6,67%	-18.242	-0,44%	-1677,35%
Resultado financeiro, líquido	-1.453.336	-33,71%	-1.269.386	-30,60%	14,49%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	-1.165.596	-27,03%	-1.287.628	-31,04%	-9,48%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	-76.181	-1,77%	-33.522	-0,81%	127,26%
Diferidos	189.205	4,39%	130.272	3,14%	45,24%
Prejuízo do exercício	-1.052.572	-24,41%	-1.190.878	-28,70%	-11,61%
Prejuízo atribuído aos:					
Acionistas controladores (incluindo operações descontinuadas)	-1.063.230	-24,66%	-1.176.643	-28,36%	-9,64%
Acionistas não controladores	10.658	0,25%	-14.235	-0,34%	-174,87%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida foi de R\$4.311,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em comparação com R\$4.148,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 3,9%. Este leve aumento decorre de aumento de tarifas, parcialmente compensado por menor volume de operações, conforme mencionado detalhadamente no item 10.1.a.

Custos dos serviços prestados e Despesas comerciais, gerais e administrativas

Os custos dos serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram de R\$3.771,3 milhões comparativamente a R\$3.460,3 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 9,0%. Os custos dos serviços prestados representaram 87,5% e 83,4% da receita líquida nos respectivos exercícios de 2016 e 2015. As despesas gerais e administrativas em 2016 foram de R\$ 250,7 milhões versus R\$ R\$303,7 milhões em 2015, queda de 17,45%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Para fins de análises das variações por natureza, são somados os montantes de custos e despesas. Os principais custos e despesas são (i) depreciação e amortização, totalizaram R\$1.291,3 milhões em 2016 versus R\$1.055,9 milhões em 2015; (ii) despesas com transporte, que totalizaram R\$1.239,9 milhões em 2016 contra R\$1.629,0 milhões em 2015, (iii) despesas com pessoal, que totalizaram R\$588,6 milhões em 2016 versus R\$519,9 milhões em 2015; e (iv) arrendamento e concessão, que totalizaram R\$193,6 milhões em 2016 versus R\$185,2 milhões em 2015.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram de R\$ 10,4 milhões comparativamente a R\$ 410,3 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma queda de 97,5%. As outras receitas (despesas) operacionais representaram 0,24% e 1,2% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente. Esta redução refere-se, principalmente, a constituição de provisões para demandas judiciais em 2015, no montante de R\$ 275,4 milhões, sendo que tais provisões não se fizeram necessárias no ano de 2016.

Resultado financeiro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tivemos resultado financeiro líquido representado por despesas financeiras, líquidas de R\$ -1.453,3 milhões, comparativamente a R\$1.269,4 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2015, aumento de 14,5 % - reflexo do aumento marginal apresentado no custo da dívida, para 95% do CDI.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

As receitas com imposto de renda e contribuição social, que compreendem os valores correntes e diferidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, totalizaram R\$113,1 milhões comparativamente a R\$96,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A diferença é decorrência do registro de prejuízos fiscais e diferenças temporárias por conta da reorganização societária no âmbito do grupo.

Lucro líquido (Prejuízo)

O prejuízo do período foi de R\$1.052,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em comparação com prejuízo líquido de R\$1.190,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma redução de 11,6%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA**

<i>(em R\$ mil, exceto %)</i>	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	2017 2016	x	2016 2015	x
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.311.248	1.212.750	1.339.462	90,58%		-9,46%	
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	-4.102.852	-1.744.107	-1.475.239	135,24%		18,23%	
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	1.681.013	756.052	-1.155.513	122,34%		-165,43%	
Decréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa	-110.591	224.695	-1.291.290	-149,22%		-117,40%	
Impacto da variação cambial nos saldos de caixa e equivalente de caixa	28.068	-	-	N/A		N/A	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	260.527	35.832	1.327.122	627,08%		-97,30%	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	178.004	260.527	35.832	-31,68%		627,08%	

A seguir apresentamos os principais fatores que afetaram os principais componentes do fluxo de caixa:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 reflete o aumento dos volumes transportados e a incorporação das operações da Rumo Logística a partir de 31 de dezembro de 2016 (elevações e solução logística integrada). A geração saiu de R\$1.212,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.311,2 milhões em 2017, um aumento de 90,6%.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa utilizado nas atividades de investimentos aumentou R\$ 2,3 bilhões, em decorrência, principalmente, do investimento realizado em títulos e valores mobiliários no valor de R\$2,0 bilhões frente à R\$0,3 bilhões em 2016, em virtude da aplicação de recursos captados pelo aumento de capital. Além disso, foram investidos R\$565,5 milhões a mais em ativos imobilizados, softwares e outros intangíveis, saindo de R\$ 1.479,8 milhões em 2016 para R\$2.045,4 milhões em 2017, em parte pela incorporação das operações da Rumo Logística em 31 de dezembro de 2016.

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento

O caixa gerado nas atividades de financiamento em 2017 reflete as captações de R\$ 3.786,5 milhões em novos financiamentos (R\$3.345,1 milhões em 2016) e a integralização de capital de R\$ 2.584,1 milhões (R\$821,6 milhões em 2016), seguidas de amortizações de principal de R\$3.437,1 milhões (R\$2.459,5 milhões em 2016) e amortizações de juros de R\$1.232,1 milhões (R\$938,7 milhões em 2016).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício***

O caixa e equivalente de caixa variaram de R\$35,8 milhões em 2016 para R\$260,5 milhões em 2017 em decorrência das atividades operacionais, de investimento e financiamento acima mencionadas. Adicionalmente, boa parte das disponibilidades da Companhia é classificada como títulos e valores mobiliários, apresentando este em 2017 um saldo final de R\$ 3.152,4 milhões.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015***Caixa líquido gerado nas atividades operacionais***

O caixa líquido gerado pelas operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 reflete a queda dos volumes transportados, compensado parcialmente pelo aumento das tarifas que gerou uma queda de R\$364,7 milhões no caixa gerado nas operações. Esse efeito foi parcialmente anulado por uma variação negativa de ativos e passivos R\$ 238,0 milhões menor em 2016, principalmente pela redução de consumo de caixa com fornecedores.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa utilizado nas atividades de investimentos aumentou R\$ 269 milhões, devido, principalmente, ao investimento realizado em ativos imobilizados, softwares e outros intangíveis, saindo de R\$ 1.158 milhões em 2015 para R\$1.149 milhões em 2016, líquido da queda no investimento em títulos e valores mobiliários (R\$317milhões em 2015 versus R\$ 279 milhões em 2016).

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento

O caixa utilizado nas atividades de financiamento em 2016 reflete as captações de R\$ 3.345 milhões, seguidos de amortizações de principal de R\$2.460 milhões, amortizações de juros de R\$938 milhões, integralização de capital de R\$ 821 milhões e perda com instrumentos derivativos de R\$11,5 milhões. Esses efeitos se comparam com captações no montante de R\$1.041,5 milhões, seguidos de amortizações de principal de R\$2.739,3 milhões, amortizações de juros de R\$723,8 milhões, amortizações de créditos imobiliários de R\$66,3 milhões, ganho com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$13,9 milhões e recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital de R\$1.320,1 milhões.

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

O caixa e equivalente de caixa variaram de R\$1.327,1 milhões em 2015 para R\$35,8 milhões em 2016 em decorrência das atividades operacionais, de investimento e financiamento acima mencionadas. Adicionalmente, boa parte das disponibilidades da Companhia é classificada como títulos e valores mobiliários, apresentando este em 2016 um saldo final de R\$ 916,5 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é originada essencialmente das seguintes atividades e fontes (i) transporte ferroviário de produtos agrícolas, produtos industriais e contêineres, (ii) elevações portuárias, (iii) direito de passagem de outras ferrovias, e (iv) receitas pelo transporte de açúcar por outras ferrovias ou pelo modal rodoviário.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou uma receita líquida de R\$5.946,3 milhões, sendo que nesta data, as Operações Norte, Sul e de Contêineres representaram, R\$4.439,7 milhões, R\$1.283,1 milhões e R\$223,5 milhões, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou uma receita líquida de R\$4.311,7 milhões, sendo que as Operações Norte, Sul e de Contêineres representaram, respectivamente, R\$2.948,6 milhões, R\$1.097,7 milhões e R\$265,4 milhões desse total.

Em 31 de dezembro de 2015, por sua vez, a Companhia havia registrado uma receita líquida de R\$ 4.148,8 milhões, sendo que as Operações Norte, Sul e de Contêineres representaram, respectivamente, R\$2.723,3 milhões, R\$1.115,9 milhões e R\$309,6 milhões.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia nos exercícios de 2017, 2016 e 2015 foram influenciados e continuarão a ser influenciados pelos seguintes principais fatores:

- ambiente macroeconômico brasileiro;
- aquisições, parcerias e reestruturações societárias;
- demanda por serviços logísticos;
- sazonalidade;
- flutuações cambiais;
- inflação;
- operações de hedge (conforme apresentadas no item 5.1 deste Formulário de Referência);
- volatilidade dos preços internacionais de petróleo (denominado em dólares) e mudanças correlatas nos preços domésticos de petróleo (denominado em reais), que impactem os resultados de transporte da Companhia;
- crescimento do Produto Interno Bruto no setor do agronegócio brasileiro, que pode impactar a demanda pelos serviços da Companhia e, conseqüentemente, os volumes distribuídos e vendas no Brasil;
- e
- políticas tarifárias adotadas pelo governo brasileiro e pelos estados nos quais a Companhia opera e, conseqüentemente, suas obrigações tributárias.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia incorporou a antiga controladora Rumo Logística, de forma que a partir do exercício de 2017 consolida também o resultado da operação de elevações portuárias.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os Diretores da Companhia entendem que os principais fatores determinantes da variação da receita bruta da Companhia, em função de sua composição, nos três últimos exercícios foram a variação nos volumes e/ou tarifas operadas, além da incorporação das operações da Rumo Logística no exercício de 2016 que veio a somar receita de elevações portuárias e de solução logística integrada às receitas da Companhia a partir do exercício de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro**

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia podem ser impactados por fatores diversos, tais como: (i) inflação; (ii) preços dos produtos transportados; (iii) desenvolvimento macroeconômico brasileiro.

A inflação pode impactar direta ou indiretamente as operações da Companhia uma vez que os custos e despesas operacionais são normalmente corrigidos por índices que refletem as oscilações inflacionárias, assim como variações no preço do diesel. Geralmente, estes ajustes são parcialmente ou totalmente compensados com reajustes das tarifas cobradas dos clientes da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional.

Os Diretores da Companhia informam que no último exercício social não houve a alienação de qualquer segmento operacional da Companhia. Em dezembro de 2016, a Companhia incorporou a Rumo Logística, que veio a somar operações de elevações portuárias e de solução logística integrada à Companhia a partir do exercício de 2017.

Os efeitos da incorporação da Rumo Logística são apresentados na Nota Explicativa nº 5 às demonstrações financeiras da Companhia, que esclarece, ainda, a forma de aporte dos ativos e passivos integrantes do acervo patrimonial recebido pela Companhia.

Ressalta-se ainda que em todas as etapas da reorganização, as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base de avaliação e a data da efetiva da reorganização, foram absorvidas pela Companhia, em contrapartida da rubrica de reserva de capital, no patrimônio líquido.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedade de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 15.7 do Formulário de Referência da Companhia. A Companhia destaca que não houve operações de constituição, aquisição ou alienação de participação societária que impactassem as demonstrações financeiras da Companhia.

c. Eventos ou operações não usuais.

Em 2017, ocorreram eventos ou operações não usuais, conforme descrevemos abaixo:

(i) Emissão de títulos de dívida no mercado internacional:

Em 2 de fevereiro de 2017, através da subsidiária Rumo Luxembourg Sarl, foram emitidos títulos de dívida no mercado internacional, Senior Notes no valor total de US\$750.000, com vencimento em fevereiro de 2024 e juros de 7,375% ao ano, pagos semestralmente ("Senior Notes 2024"). As Senior Notes 2024 receberam classificação BB- pelas agências de rating Standard & Poor's e Fitch Ratings. O grupo econômico da Companhia utilizará os recursos líquidos decorrentes desta captação para quitação antecipada de dívidas, como parte do processo de gestão da sua estrutura de capital, tendo como um dos objetivos a diversificação das fontes de financiamento do plano de investimentos do grupo.

(ii) Saída TPG VI do grupo de controle:

Em 23 de fevereiro de 2017, o TPG VI Fundo de Investimento em Participações ("TPG"), acionista da Companhia, exerceu seu direito de substituir 12.831.102 ações de emissão da Companhia – a totalidade de suas ações vinculadas ao acordo de acionistas da Companhia, celebrado entre Cosan S.A. Indústria e Comércio ("Cosan"), Cosan Logística S.A. ("Cosan Logística"), GIF Rumo Fundo de Investimento em Participações ("GIF"), TPG e Cosan Limited ("CZZ"), em 2010, conforme aditado ("Acordo de Acionistas") por ações de emissão da Cosan e ações de emissão da Cosan Logística, com a liquidação na forma acordada entre os acionistas. Após a liquidação das obrigações de substituição, o Acordo de Acionistas foi automaticamente extinto.

(iii) Emissão de oferta pública de ações:

Em 4 de outubro de 2017 a Rumo S.A finalizou o processo de captação através de uma oferta pública de ações no montante de R\$2.640.000 mediante a emissão de 220.000.000 de ações ordinárias, todas normativas, escriturais e sem valor nominal, com esforços restritos de colocação, nos termos da instrução CVM 476 ("Oferta – Aumento de Capital") e da Regulation "S" para investidores estrangeiros.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Em 2016, ocorreram eventos ou operações não usuais, conforme descrevemos abaixo:

(i) Emissão de oferta pública de ações:

Em 7 de abril de 2016 a antiga controladora Rumo Logística finalizou o processo de capitalização através de uma oferta pública de ações no montante de R\$2.600.000 com emissão de 1.040.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta Restrita") e da Regulation "S" para investidores estrangeiros.

(ii) Reperfilamento das dívidas bancárias:

Em 28 de junho de 2016 foi encerrado o processo de reperfilamento de parte das dívidas da Rumo Logística, da Companhia e da ALL Malha Norte, vincendas nos exercícios de 2016, 2017 e 2018, num valor total de R\$2.925.647 ("Dívidas Reperfiladas"), garantindo maior liquidez para os compromissos de curto prazo e em linha com as iniciativas para sua reestruturação financeira. As dívidas reperfiladas tem prazo de vencimento de 7 (sete) anos, em 13 de junho de 2023.

(iii) Reestruturação societária da Rumo S.A. (antiga ALL Holding S.A.):

Em 19 de dezembro de 2016, foi aprovada a operação de incorporação da Rumo Logística pela Companhia. A operação de reorganização foi efetivada em 31 de dezembro de 2016 e implicou na extinção da primeira, com sucessão de todos os seus bens, direitos e obrigações pela Companhia, nos termos dos artigos 224 a 227 da Lei das Sociedades por Ações.

Ainda no âmbito da reorganização, a Companhia aportou os ativos e passivos relacionados às operações portuárias que anteriormente ocorriam na extinta controladora Rumo Logística na nova subsidiária direta do segmento, Elevações Portuárias, através de aumento de capital no valor de R\$672.396. Adicionalmente, a Companhia aportou ativos (vagões e locomotivas) no valor de R\$895.727 na subsidiária direta ALL Malha Norte.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis no período corrente e nos últimos três exercícios sociais.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável, considerando a ausência de alterações nas práticas contábeis da Companhia.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases presentes no parecer do auditor no período corrente e nos últimos três exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os Diretores da Companhia consideram os princípios contábeis críticos importantes para a descrição da condição financeira e dos resultados operacionais da Companhia, sendo certo que a sua adoção requer julgamentos difíceis, subjetivos ou complexos, usualmente relacionados à necessidade de se fazer estimativas sobre o efeito de questões cuja incerteza é inerente. Nesse sentido, nota-se que o aumento do número de variáveis e premissas torna os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Para permitir uma melhor compreensão acerca da avaliação dos Diretores sobre eventos futuros, incluindo as variáveis e premissas inerentes às estimativas, além da sensibilidade de tais avaliações em relação a circunstâncias variadas, foram identificados os princípios contábeis críticos, que são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, como expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Nesse contexto, os julgamentos, estimativas e premissas significativas utilizados em nossas demonstrações financeiras estão contemplados a seguir:

Ativos Imobilizado e intangível, incluindo ágio: O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizados incluem as estimativas das vidas úteis. Além disso, a determinação do valor justo na data de aquisição dos ativos intangíveis e imobilizado adquiridos em combinações de negócios é uma estimativa significativa. A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de impairment de ativos intangíveis de vida útil definida e imobilizados. Além disso, um teste de impairment é efetuado para os ativos intangíveis com vida útil indefinida e ágio. Um impairment existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual os prejuízos possam ser utilizados. Julgamento significativo é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros: Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, tais como o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Compromissos de arrendamento mercantil. A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais de material rodante (locomotivas e vagões) e determina, com base em sua avaliação dos termos e condições dos contratos, se assume todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens, e nestes casos classifica-os como arrendamentos financeiros.

Provisão para demandas judiciais. As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Provisão para demandas judiciais proveniente de uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Pagamento baseado em ações. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

A descrição detalhada de todas as práticas contábeis da Companhia está divulgada nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

iv. contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período corrente e ao último exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia investiu R\$ 2.150,5 milhões nas seguintes iniciativas: (i) investimentos na malha ferroviária; (ii) melhorias no Porto e nos terminais; (iii) aquisição de novos vagões e locomotivas; e (iv) outras iniciativas. Em 2016, o investimento total foi de R\$1.479,9 milhões.

(2) Conforme divulgado em 6 de julho de 2016 a Companhia possui um plano de investimentos que totaliza, aproximadamente R\$ 9 bilhões para o período compreendido entre 2016 a 2020.

(3) Principais iniciativas do plano de investimentos:

Nos primeiros anos tivemos foco prioritário em aumento de eficiência operacional e redução de custos da Companhia, através de um plano de substituição e reforma de locomotivas e vagões, bem como recuperação da via permanente. Estas iniciativas levam a diversos benefícios como econômica de diesel e lubrificantes, redução de gastos com manutenção, aumento do nível operacional e redução de acidentes e otimização da circulação de trens.

Além disso, melhorias operacionais proporcionaram otimização de diversos processos para maior eficiência operacional com ganhos de volume e redução de custo.

Neste plano as iniciativas de expansão estão condicionadas ao prazo de amortização dos investimentos ou a extensão do período de concessão e objetivam o aumento de capacidade bem como o crescimento do volume total transportado.

Os principais projetos são relacionados a ampliação e construção de novos pátios de cruzamento bem como a melhoria de trechos críticos, como por exemplo entre as cidades de Itirapina (SP) e Campinas (SP) de forma a aumentar o tamanho do trem tipo e consequentemente elevar o volume transportado. Além disso, prevê-se também a aquisição de material rodante (locomotivas e vagões) para aumento da frota e a melhoria dos acessos a portos e terminais em Santos (SP), Paranaguá (PR) e São Francisco do Sul (SC).

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A principal fonte de financiamento para os investimentos nos ativos de logística, além da própria geração de caixa, advém de captações no mercado financeiro, aumentos de capital e linhas de crédito que a Companhia obtém junto ao BNDES.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Com o objetivo de aumentar a eficiência operacional e melhorar a malha ferroviária, a Companhia adquiriu, através da sua Controlada, novos materiais rodantes, trilhos e dormentes, bem como realizou investimentos na recuperação de ativos em más condições operacionais, recapitação de trechos, reformas, melhorias e recuperação de pátios e terminais no interior e nos portos operados pela Companhia a fim de aumentar a produtividade destes.

c. novos produtos e serviços

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui pesquisas em andamento já divulgadas.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui investimentos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia divide seus projetos em:

(i) projetos de médio prazo, que incluem (a) substituição ou reforma de locomotivas; (b) substituição ou reforma de vagões; e (c) recuperação da via permanente.

(ii) projetos de longo prazo, iniciado em 2017 e conclusão até 2019, que incluem (i) construção de novos pátios de cruzamento; (ii) ampliações de pátios; (iii) duplicação de 42 km no trecho Itirapina (SP) a Campinas (SP); (iv) aquisição de novas locomotivas e vagões; e (v) melhorias dos acessos aos portos de Santos (SP), Paranaguá (PR) e São Francisco (SC) e investimentos para aumento da capacidade nos terminais operados, como Rondonópolis (MT).

(iii) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou Serviços

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui investimentos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional foram relatados nos demais itens desta Seção.